



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA
CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

LARISSA KELLY PESSOA DA SILVA

**EJA NO CONTEXTO PRISIONAL: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DE DUAS
PROFESSORAS DO ENSINO DE MATEMÁTICA DOS ESTADOS DA PARAÍBA E
DO RIO DE JANEIRO**

João Pessoa- PB

2024

LARISSA KELLY PESSOA DA SILVA

**EJA NO CONTEXTO PRISIONAL: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DE DUAS
PROFESSORAS DO ENSINO DE MATEMÁTICA DOS ESTADOS DA PARAÍBA E
DO RIO DE JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do curso de Licenciatura em
Matemática da Universidade Federal da Paraíba
como requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Vinicius Martins Varella

JOÃO PESSOA- PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586e Silva, Larissa Kelly Pessoa da.

EJA no contexto prisional : um estudo de caso a partir de duas professoras do ensino de matemática dos estados da Paraíba e do Rio de Janeiro / Larissa Kelly Pessoa da Silva. - João Pessoa, 2024.

56 p.

Orientação: Vinicius Martins Varella.

TCC (Curso de Licenciatura em Matemática) -
UFPB/CCEN.

1. Educação de Jovens e Adultos - EJA. 2. Educação no contexto prisional. 3. Educação matemática. 4. Matemática. I. Varella, Vinicius Martins. II. Título.

UFPB/CCEN

CDU 51(043.2)

LARISSA KELLY PESSOA DA SILVA

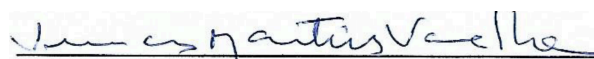
**EJA NO CONTEXTO PRISIONAL: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DE DUAS
PROFESSORAS DO ENSINO DE MATEMÁTICA DOS ESTADOS DA PARAÍBA
E DO RIO DE JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Matemática.


Orientador: Prof. Dr. Vinicius Martins Varella

Aprovado em: 29/04/ 2024


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr Vinicius Martins Varella-
UFPB (Orientador)

Documento assinado digitalmente
 MIRIAM DA SILVA PEREIRA
Data: 21/05/2024 15:23:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a. Miriam da Silva Pereira - UFPB
(Avaliadora)

Documento assinado digitalmente
 QUEZIA VILA FLOR FURTADO
Data: 21/05/2024 09:02:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a. Quézia Vila Flor Furtado - UFPB
(Avaliadora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Ana Lúcia e Davi dos Santos, que sempre foram a minha base, investindo e confiando no meu potencial de ser significado de mudança. À minha prima, Thamires Domingos, por sempre me apoiar e incentivar as minhas decisões, inclusive a de cursar Matemática.

Aos meus avós, José da Silva (*in memoriam*), que apesar de ser analfabeto sabia fazer cálculo mental como ninguém, Terezinha dos Santos (*in memoriam*) que nos deixou no início do ano, durante a escrita desta pesquisa, e a Hilda Domingos que terá sua primeira neta graduada, mas que não fica satisfeita, pois eu não escolhi ser médica. Segundo ela eu vou ter muito trabalho e ganhar pouco, infelizmente, ela não está errada.

Aos meus colegas de graduação, Ananda Oliveira, Assuério Cavalcante, Dayanne Barbosa, Edson Silva, Gabriel Frazão, Gislaine Oliveira, Iago Duarte, Matheus Mestre, Nayanne Priscila, Silmara Sousa, Silvio Santos e Thamyrys Azevedo, que apesar dos altos e baixos caminhamos juntos desde o início, nos apoiando e compartilhando momentos importantes de evolução ao longo do curso.

À minha amiga Geysiellen Salvino, por me fazer enxergar que ainda existem pessoas boas e fortes no mundo. As minhas amigas Bianca da Silva e Vitória Carolainy, por toda a amizade ao longo do percurso da graduação, dos aperreios dos projetos, dos desabafos do dia a dia e dos momentos de gargalhadas dentro do 3200.

Aos meus queridos professores do ensino médio, que ainda se fizeram presentes ao longo da minha graduação. Em especial à Greyce Micheline e Artur Moreira, gratidão pelas palavras de incentivo e pelo apoio de sempre.

À Joseane Pontes por toda ajuda desde o primeiro dia de matrícula, no qual eu estava perdida e sem as xerox necessárias, e ela como sempre sendo ímpar, me ajudando, e assim permaneceu até o final da graduação.

À professora Jacqueline Rojas pelas belas palavras que serviram de empurrão para que eu optasse fazer a troca do Bacharelado para a Licenciatura em Matemática. Obrigada por me mostrar que “a Matemática é um trabalho de formiguinha”.

À professora Rogéria Gaudêncio por ser esse exemplo de docente e ser humano. Eu sou muito grata pela oportunidade de ter sido sua aluna e muito obrigada por ressignificar a Matemática de uma forma tão simples e, ao mesmo tempo, tão importante. Espero que todos os alunos de licenciatura tenham a oportunidade de encontrar uma Rogéria.

Ao meu majestoso orientador, Vinícius Varella, eu poderia escrever todas as cinquenta páginas só demonstrando o quanto admiro o seu trabalho e o quanto você é essencial para a nossa formação. As aulas de estágio são bem mais do que as aulas de estágio, são momentos de troca e de sermos ouvidos, e claro de muito trabalho, e o que é ser docente se não ter muito trabalho e se sentir realizado com o desempenho dos alunos?! Obrigada por tanto, professor, sem você esse trabalho não teria tomado forma.

Aos professores do ramo da educação, Conceição Miranda, Diego Reis, José Vaz, Karen Guedes, Marlecio Maknamara, Mauricéia Ananias e Uyguciara Veloso, que trouxeram diálogos tão preciosos e necessários ao longo desse caminho.

Aos professores do departamento de matemática, Bruno Ribeiro, Fágner Araruna, João Batista Parente, Marivaldo Matos, Miriam da Silva e Ricardo Burity, por serem únicos.

À Fabiana Rodrigues e a todo o grupo de estudos, por me mostrarem que a minha pesquisa é, sim, relevante e que não podemos desistir de lutar pelo direito à educação para todos. E também as queridas professoras que me ajudaram na entrevista desta pesquisa, sem elas eu não saberia 5% do que sei hoje sobre a EJA no contexto prisional.

À banca examinadora por aceitar fazer parte do início da minha trajetória como docente e quem sabe também como futura pesquisadora.

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto prisional é uma forma de assegurar a educação para todos, visando proporcionar a educação básica para as pessoas privadas de liberdade. Esta pesquisa, objetivou analisar e discutir a disponibilidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto prisional, especificamente relacionada ao ensino de matemática nos estados da Paraíba e do Rio de Janeiro. Dentre os principais trabalhos que embasaram o referencial teórico e todo o trabalho desenvolvido durante a pesquisa, especialmente as sessões reflexivas, podemos citar: José e Leite (2020), Ireland (2012), D'Ambrosio (2009) e Almeida (2014). Trata-se de um estudo de caso dividido em duas etapas distintas: i) a primeira etapa consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental; ii) a segunda etapa envolve entrevistas com duas professoras da rede estadual da Paraíba e do Rio de Janeiro que atuam no contexto prisional. De modo geral, a pesquisa destacou a ausência de uma abordagem clara nos documentos oficiais sobre a importância do ensino da Matemática. Como resultado da investigação, concluímos que as políticas educacionais e as práticas pedagógicas no ambiente prisional devem incorporar e reconhecer a Matemática como uma ferramenta essencial para a formação completa dos alunos, visando oferecer não apenas habilidades acadêmicas, mas também promover valores, cidadania e capacidades que os possibilitem uma vida digna.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Contexto Prisional. Educação Matemática.

ABSTRACT

Educação de Jovens e Adultos (EJA) in the prison context is a way of ensuring education for all, aiming to provide basic education for people who are deprived of liberty. This research aimed to analyze and discuss the availability of Educação de Jovens e Adultos (EJA) in the prison context, specifically related to mathematics teaching in the states of Paraíba and Rio de Janeiro. Among the main works that supported the theoretical framework and all the work developed during the research, especially the reflective sessions, we can mention: José and Leite (2020), Ireland (2012), D'Ambrosio (2009) and Almeida (2014). This is a case study divided into two distinct stages: i) the first stage consists of bibliographic and documentary research; ii) the second stage involves interviews with two teachers who work in the prison context from public schools of Paraíba and Rio de Janeiro. In general, the research highlighted the absence of a clear approach in official documents about the importance of teaching Mathematics. As a result of the investigation, we concluded that educational policies and pedagogical practices in the prison environment have to incorporate and recognize Mathematics as an essential tool for the complete training of students, looking to offer not only academic skills, but also promote values, citizenship and capabilities for them be able to live a dignified life.

Keywords: Youth and Adult Education. Prison Context. Mathematics Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Documentos que tratam sobre a EJA no contexto prisional	24
Quadro 2: Pontos apresentados no Plano Estadual Educação para Pessoas Privadas de Liberdade PB a serem trabalhados no Eixo Educação não formal	29
Quadro 3: Pontos apresentados no Plano Estadual Educação para Pessoas Privadas de Liberdade RJ a serem trabalhados no Eixo Educação não formal	32

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

EJA - Educação de Jovens e Adultos

INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

LEP - Lei de Execução Penal

PB - Paraíba

PNA- Política Nacional de Alfabetização

PNE - Plano Nacional de Educação

PNEDH - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

RJ - Rio de Janeiro

SISDEPEN - Sistema Nacional Integrado de Informações Penais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO.....	14
2.1. Panorama da Educação Prisional em Documentos da Paraíba (PB) e do Rio de Janeiro (RJ).....	16
2.2. Educação Matemática no Contexto Prisional: Uma Perspectiva da Educação Não Formal.....	20
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
4. O ENSINO DA MATEMÁTICA NO SISTEMA PRISIONAL: ANÁLISE DE DOCUMENTOS E ENTREVISTAS COM DUAS PROFESSORAS.....	28
4.1. Análise de documentos oficiais sobre a oferta da EJA na Educação Não Formal no contexto prisional na rede estadual da Paraíba e do Rio de Janeiro.....	28
4.2. A relação das professoras entrevistadas com os documentos oficiais da EJA aplicados no que tange o ensino de Matemática dentro do contexto prisional e suas práticas docentes.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52
APÊNDICE.....	55

1. INTRODUÇÃO

A sociedade na qual vivemos é profundamente afetada pelo racismo e discriminação racial. Isso se reflete na composição majoritariamente negra da população carcerária em nosso país, totalizando 67,78%, sendo 50,75% de pessoas que se identificam como pardas e 17,03% que se identificam como pessoas pretas. Esses números foram obtidos a partir de dados do SISDEPEN¹ (Ministério da Justiça, 2023), e nos evidenciam uma realidade social fragmentada e repleta de desigualdades.

Não é por coincidência que a população prisional do Brasil continue crescendo. De acordo com dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (InfoPen)², temos a terceira população prisional do mundo, como aponta Borges (2020, p.19). Este cenário reflete a realidade de grupos sociais que vivem com a privação de acesso aos direitos fundamentais, como saneamento, saúde, oportunidades de emprego e educação.

Nos termos da constituição que rege toda a nossa distribuição jurídica, a Constituição da República Federativa do Brasil, temos que, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (Brasil, 1988). Assim, é necessário que todos os direitos sociais sejam oferecidos e garantidos de forma igualitária para todas as pessoas.

A fim de assegurar a garantia de educação para todos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação garante a escolarização para pessoas que não tiveram acesso ou permanência na idade adequada, “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (Brasil, 1996).

A legislação não aborda explicitamente a questão da educação para pessoas em situação de cárcere, porém, é importante destacar que existem diretrizes específicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em prisões, as quais consideram as particularidades desse contexto. Assim, obtemos o Parecer CNE/CEB nº 1/2021 que é um documento nacional,

¹ SISDEPEN- Sistema Nacional Integrado de Informações Penais.

² Atualmente o InfoPen- Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias foi substituído pelo SISDEPEN com o intuito de modernizar e aprimorar o sistema de informações relacionadas ao sistema prisional no Brasil.

do qual institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização³, à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Educação de Jovens e Adultos a Distância. Essas diretrizes são essenciais para abordar as necessidades educacionais daqueles cuja marginalização precedeu a educação, e que agora cumprem pena em regime de privação de liberdade.

A Lei de Execução Penal (Brasil, 2011) prevê o direito de que pessoas reclusas tenham acesso à educação, assim como preparo para o trabalho, como dimensões básicas no processo da ressocialização. Dessa forma, a educação deve adaptar-se ao indivíduo, tendo a compreensão do sentido da experiência vivenciada social e pessoal dos sujeitos, trazendo perspectivas, critérios e estratégias de produção do conhecimento em suas diferentes expressões.

Durante o período de outubro de 2021 a outubro de 2022, eu tive a oportunidade de realizar um estágio como Operadora de Suporte Técnico no CIOP-JP, onde meu papel principal era atender chamadas via canal 190. Ao decorrer dessa experiência, estive em contato direto com diversas realidades, e isso me levou a uma compreensão mais profunda do preconceito social que existe e persiste com pessoas privadas de liberdade. Essa experiência despertou a minha curiosidade e me fez desejar entender mais vivamente como funciona a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no sistema prisional.

Lidar com a Educação de Jovens e Adultos é de interesse pessoal, de certa forma, influenciado pela minha própria vivência quando tinha cerca de 9/10 anos. Nessa época, acompanhava meus pais que, assim como muitos adultos não tiveram oportunidades e incentivos na juventude, estavam frequentando aulas de Alfabetização de Jovens e Adultos. As aulas ocorriam no turno da noite e eu não podia ficar sozinha em casa, acabei participando das aulas e, de forma natural, auxiliava a professora a responder às dúvidas dos alunos.

Esse histórico pessoal me motivou a realizar o presente estudo de caso sobre o ensino de Matemática na Educação de Jovens e Adultos (EJA), concentrando-se na identificação da oferta da educação não formal no ensino de matemática nos documentos da EJA no contexto prisional na rede estadual da Paraíba e do Rio de Janeiro⁴.

³ Atualmente, as diretrizes da Política Nacional de Alfabetização (PNA) estão sendo questionadas e passando por uma revisão.

⁴ A autora é participante, como visitante, do Grupo de Estudo e Pesquisa Educação em Privação de Liberdade desde outubro de 2023, no qual são realizadas discussões, através do Google Meet, sobre educação para pessoas privadas de liberdade. O grupo está vinculado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Nova Iguaçu- Rio de Janeiro.

Com o objetivo de responder à seguinte questão: Como os documentos oficiais abordam a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no formato da Educação Não Formal em contextos prisionais nas redes estaduais da Paraíba e do Rio de Janeiro, especialmente no que se refere ao ensino de Matemática? Definimos o objetivo geral de analisar os documentos que tratam da oferta da EJA na Educação não formal em contextos prisionais nas redes estaduais da Paraíba e do Rio de Janeiro, com foco no ensino de Matemática. Com os seguintes objetivos específicos:

- i) Identificar a oferta da educação não formal nos documentos da EJA no contexto prisional na rede estadual da Paraíba e do Rio de Janeiro;
- ii) Apontar o que dizem as professoras sobre a relação dos documentos oficiais da EJA na educação não formal no contexto prisional na rede estadual da Paraíba e do Rio de Janeiro em relação ao ensino de matemática.

Nesta direção, no capítulo 2, discutiremos a Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional brasileiro, fundamentando-nos nas teorias de José e Leite (2020), Julião, Godinho e Rodrigues (2020), e Ireland (2012). Além disso, apresentaremos o panorama dos documentos oficiais dos estados da Paraíba e do Rio de Janeiro. Abordaremos também o ensino de Matemática no contexto prisional, na perspectiva da educação não formal, incluindo a contribuição de teóricos como D'Ambrosio (2009), Fonseca (2012), Almeida (2014) e Gohn (2011).

No terceiro capítulo, como metodologia, a nossa pesquisa foi um estudo de caso dividido em duas etapas distintas. A primeira parte da investigação é caracterizada como uma pesquisa bibliográfica e documental, já a segunda etapa envolve duas entrevistas estruturadas, conforme a metodologia proposta por Prodanov e Freitas (2013), com duas professoras da rede estadual da Paraíba e do Rio de Janeiro que atuam no contexto prisional.

Na sequência, no capítulo 4, apresentaremos a análise dos documentos oficiais sobre a oferta da EJA na Educação não formal em contextos prisionais nas redes estaduais da Paraíba e do Rio de Janeiro. Investigaremos também a relação das professoras entrevistadas com esses documentos, especificamente no que diz respeito ao ensino de Matemática em contextos prisionais e suas práticas docentes. Portanto, no próximo capítulo, aprofundaremos a fundamentação teórica para melhor compreender os temas que nortearão nossa análise.

2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

As Diretrizes e Bases da Educação Nacional são conjecturadas na Lei nº 9394/1996, que estabelece a garantia do acesso ao ensino público e gratuito para todas as pessoas, incluindo as pessoas que não concluíram os ensinos fundamental e médio na idade apropriada. Em seu Art. 4º, incisos IV, VI e VII, fica determinado as bases para a garantia do acesso público, gratuito e adequado à educação, considerando as necessidades e disponibilidades para todos os indivíduos:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

Nesse contexto, podemos assegurar o direito à educação para todas as pessoas e em todos os espaços, inclusive no contexto prisional. Ainda segundo os dados da SISDEPEN (2023), 46,54% das pessoas privadas de liberdade no Brasil possuem ensino fundamental incompleto. Juntando com os 17,24% que possuem ensino médio incompleto, obtemos que 63,78%, ou seja, mais da metade da população prisional não possuem o ensino básico completo, deixando claro as marcas de existência e persistência da exclusão social em nosso país.

Conforme José e Leite (2020) enfatiza, a educação básica deve não apenas ser um direito, mas também um dever e responsabilidade de toda sociedade, é impossível isolar o debate sobre educação sem incluir a questão dos direitos humanos, justiça, democracia e responsabilidade social. Logo, cabe a nós questionarmos os porquês de tantas pessoas encarceradas serem suprimidas ao acesso à educação se os índices de escolarização são tão baixos.

Para que a educação no sistema prisional aconteça, é essencial enxergar o desenvolvimento e a cidadania das pessoas privadas de liberdade. Em concordância com Julião, Godinho e Rodrigues (2020, p.42), “é necessário o investimento em uma proposta política e pedagógica que leve em consideração as particularidades, especificidades e características dos sujeitos em situação de restrição e privação de liberdade”. Assim, a fim de

legitimar os princípios dos direitos humanos no sistema prisional, obtemos a Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210/1984, que proporciona condições para a harmônica integração social do condenado, fazendo o incentivo ao trabalho e ao direito de estudar.

Conforme ainda afirmam Julião, Godinho e Rodrigues (2020, p.49), “precisamos problematizar o reconhecimento da importância da educação para as pessoas privadas de liberdade, suas finalidades e a sua baixa oferta”. Desse modo, a educação em prisões deve ser vista como política pública, que deve ser promovida e prestada para todos os indivíduos que estão cumprindo sentença. Ademais, é fundamental investigar os motivos que fizeram as pessoas privadas de liberdade se afastarem da escola, avaliando os fatores econômicos, políticos, sociais e culturais nos quais estão inseridos.

D'Ambrosio (2009), vislumbra que a educação é uma estratégia de estímulo do desenvolvimento individual e coletivo gerada por esses mesmos grupos culturais, com a finalidade de se manterem como tal e de avançarem na satisfação de necessidades de sobrevivência e de transcendência. Destarte, encaramos a educação como uma facilitadora para que cada indivíduo alcance o seu potencial máximo, ao mesmo tempo em que incentiva a cooperação entre os membros da sociedade e o benefício mútuo na busca por um objetivo compartilhado.

Ainda é possível notar as complexidades presentes no debate sobre as fundamentações que moldam as práticas educacionais e políticas atuais da Educação de Jovens e Adultos. Ireland (2012, apud José e Leite, 2020, p.18) , afirma que:

Ao buscar contribuir para a superação de desigualdades, a EJA, às vezes, reforça a oferta de uma educação de duvidosa qualidade para as pessoas das camadas mais pobres da população. Quando o autor cita a “oferta duvidosa”, diz respeito à formação do educador de adultos, aos conteúdos, o tipo de oferta e os materiais didáticos, considerados em sua ótica como inconsistentes.

O que nos enfatiza parte das dificuldades encontradas na EJA para os alunos privados de liberdade. Além disso, ainda podemos destacar o crescimento contínuo da população carcerária no Brasil, as superlotações, a falta de uma formação adequada para professores e de infraestrutura das escolas nas prisões, além do liame entre os Ministérios da Justiça e da Educação. Sendo assim, a política de Educação de Jovens e Adultos enfrenta o desafio de ir além de uma visão escolar da educação ao longo da vida e reconhecer a necessidade e validade de outros espaços e formatos de aprendizagem, como aponta Ireland (2012).

Nesse cenário, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem educacional que transcenda esses desafios, transmitindo significados atuais e produtivos tanto para os educandos quanto para os educadores. Essa abordagem deve ser prática, humanizada e capaz de instigar uma consciência reflexiva. Portanto, é imprescindível que a educação seja concebida como um processo contínuo possibilitando que a pessoa privada de liberdade possa sair da unidade prisional, quando em liberdade, com escolarização formal acima do que ingressou na prisão, como aponta José e Leite (2020).

2.1. Panorama da Educação Prisional em Documentos da Paraíba (PB) e do Rio de Janeiro (RJ)

A educação escolar de indivíduos privados de liberdade em estabelecimentos penais é um compromisso previsto em documentos nacionais e internacionais. Entre os documentos nacionais destacam-se os Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e o Plano Nacional de Educação (PNE). A construção destes planos baseiam-se em concepções delineadas das demandas e necessidades dos municípios e Estados, assim, salientaremos os Planos Estaduais de Educação em Prisões da Paraíba (PB) e do Rio de Janeiro (RJ), analisando como estes documentos relacionam à educação em espaços de reclusão. No âmbito das ações programáticas para a Educação Básica, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2018, p.34), em sua 20ª meta estabelece:

Promover e garantir a elaboração e a implementação de programas educativos que assegurem, no sistema penitenciário, processos de formação na perspectiva crítica dos direitos humanos, com a inclusão de atividades profissionalizantes, artísticas, esportivas e de lazer para a população prisional.

Ainda de acordo com as orientações do PNEDH e PNE, as atividades educativas em ambientes prisionais devem ser oferecidas de maneira formal e não formal, buscando valorizar a emancipação e autonomia dos indivíduos. Dessa forma, o Plano Estadual de Educação para as Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Penal da Paraíba (2021-2024, p.08) apresenta em um dos seus objetivos:

Estabelecer articulações intersetoriais e parcerias externas para garantir acesso à educação formal e não formal para pessoas que cumprem pena em meio aberto (semiaberto/ aberto) e para egressas do sistema prisional, considerando as mulheres e população LGBTQIA+;

Bem como o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado do Rio de Janeiro (2021, p.05), que também traz em seus objetivos que devemos “considerar a diversidade de públicos no sistema prisional para o

fomento à educação formal e não-formal”. Através dessa perspectiva, podemos explorar as abordagens exibidas nos documentos para a oferta da educação formal e não formal no contexto prisional. Segundo Cascais e Terán (2016, p.03), compreendemos que a educação formal tem um espaço próprio para ocorrer, ou seja, é institucionalizada e prevê conteúdos, já a educação não formal ocorre a partir da troca de experiências entre os indivíduos, sendo promovida em espaços coletivos.

Dessa forma, é necessário investigar como os sistemas educacionais prisionais da Paraíba e do Rio de Janeiro estão estruturando a atuação da educação em seus contextos formal e não formal, considerando a falta de recursos, falta de acesso a materiais didáticos e restrições de segurança, além das propostas de oportunidades para aprendizados mais flexíveis e adaptados às necessidades individuais dos detentos.

Considerando que a Base Comum Curricular não traz formulações para a Educação de Jovens e Adultos, pois apesar de ser um documento norteador dos ensinos: infantil, fundamental e médio, contempla apenas o ensino básico, é fundamental que haja a construção de especificidades dos diferentes níveis e modalidades de ensino voltado para este público. Assim, para que essa construção aconteça, obtemos o Parecer CNE/CEB nº 1/2021 e as diretrizes operacionais estabelecidas por cada estado para serem utilizadas na implementação de seus currículos pedagógicos em suas escolas, englobando, assim, a EJA no contexto prisional.

Na Paraíba, temos o documento de Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Educação, no qual faz direcionamentos às unidades de ensino para o funcionamento de todas as modalidades da educação do Estado, em especial, a Educação em Prisões. Segundo esse documento, a oferta da EJA na Educação em Prisões ocorre de forma similar à EJA presencial, tendo em conta os regimes: semiaberto, aberto⁵, provisório, sentenciados do sistema prisional que cumprem medidas de segurança, com aulas desenvolvidas nos turnos da manhã, tarde e noite⁶.

⁵ Quando um indivíduo é detido e não possui histórico de reincidência, com pena é menor ou igual a 4 anos, a execução da pena pode acontecer em casa de albergado ou na prisão domiciliar, ou seja, na própria residência. Sendo assim, os detentos do regime aberto precisam buscar a educação por conta própria.

⁶ Vale ressaltar que as aulas no turno da noite não estão sendo oferecidas, fato que levou professores a criticarem o sistema, uma vez que prejudica os detentos que também trabalham durante o dia.

As aulas e apostilas são adaptadas seguindo a Resolução nº030/2016 que estabelece diretrizes e procedimentos para a Educação de Jovens e Adultos, dentro do contexto do sistema penal paraibano. Após a pandemia, no regime semiaberto, os detentos colocaram tornozeleira eletrônica e devem comparecer mensalmente aos presídios registrar sua frequência. Assim, os reclusos do regime semiaberto estão sendo implementados ao ensino remoto, via Canais no WhatsApp e aula gravadas, além do recebimento de apostilas e plantões pedagógicos na unidade prisional, seguindo os conteúdos previstos nas Matrizes Curriculares de cada escola, como cita o documento das Diretrizes Operacionais- PB (2023, p.26):

Os conteúdos para as aulas deverão levar em consideração as matrizes curriculares de cada segmento, adaptadas para as necessidades da Educação em Prisões. Esses devem ser trabalhados por meio de projetos pedagógicos com temáticas relevantes e metodologia dinâmica, associados aos estudos complementares que podem se relacionar ao campo da cultura, esporte, inclusão digital, fomento à leitura e educação profissional.

Também temos as Diretrizes Operacionais (Brasil, 2021), que abrangem todo o país, inclusive o estado do Rio de Janeiro, fazendo ajustes às questões relacionadas à EJA, tais como à carga horária adequada, o desenvolvimento do curso e às formas de ofertas e metodologias a serem utilizadas, respeitando sempre as singularidades relacionadas à cultura, tempo e trabalho. Logo, as aulas também são ministradas de forma similar à EJA presencial. Desenvolvidas nos turnos da manhã, tarde e noite, com aulas e apostilas criadas pelos professores, além disso, está ocorrendo a implementação do Novo Ensino Médio e seguindo as diretrizes da BNCC (Brasil, 2018).

Além disso, desde dois mil e dezoito, o estado do Rio de Janeiro está realizando a experimentação do ensino semipresencial, em cinco das vinte e três escolas da rede estadual de ensino, com duração de cinco anos. Ainda no ensino semipresencial, os alunos têm as aulas divididas em módulos, também recebem apostilas com os conteúdos abordados, além dos plantões de dúvidas com os professores.

À vista disso, cabe ao professor realizar o planejamento dos conteúdos previstos nas Matrizes Curriculares de cada escola, atendendo as demandas exigidas na legislação, além de contribuir para o processo de ensino/aprendizagem dos alunos considerando o contexto que estão imersos e notabilizando o processo de sua reinserção social. Baratta (1990, p.03), aponta que:

O entendimento da reintegração social requer a abertura de um processo de comunicação e interação entre a prisão e a sociedade, no qual os cidadãos reclusos

se reconheçam na sociedade e esta, por sua vez, se reconheça na prisão. Os muros da prisão representam uma barreira violenta que separa a sociedade de uma parte de seus próprios problemas e conflitos. Reintegração social (do condenado) significa, antes da modificação do seu mundo de isolamento, a transformação da sociedade que necessita reassumir sua parte de responsabilidade dos problemas e conflitos em que se encontra “segregada” na prisão.

A reintegração social dos indivíduos que estão em cárcere é bem complexa, pois exige um desenvolvimento entre a sociedade e a prisão como um todo. Os alunos precisam se reconhecer enquanto cidadãos com direitos e obrigações, e para que isso aconteça, é necessário que haja uma mudança para romper a divisão violenta, sistêmica e social que reconheça e aborde as causas subjacentes à criminalidade e à prisão. Sendo assim, é necessário que tenhamos currículos que promovam habilidades práticas e conhecimentos aplicáveis, para os alunos que estão privados de liberdade, com o intuito de fomentar o desenvolvimento pessoal e social dos mesmos.

Ao examinar as propostas dos documentos oficiais, como o PNEDH, PNE, os Planos Estaduais de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional da Paraíba (PB) e do Estado do Rio de Janeiro (RJ), as Diretrizes Operacionais-EJA (Brasil, 2010), as Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba, e, por fim, o Parecer CNE/CEB nº 1/2021, destacamos o estímulo a uma educação que promova aulas, oficinas, aprendizagem profissional e a participação dos alunos em trabalhos voluntários.

Esse estímulo, sobretudo, inclui o fomento ao esporte, à cultura e à leitura, visando a construção de uma aprendizagem contínua. Entretanto, é evidente que esse incentivo não se reflete de maneira direta na abordagem da Matemática, nenhum dos documentos ressalta a importância da Matemática como ferramenta essencial na educação formal e não formal dos indivíduos. É possível observar que em ambos os estados a escolarização deve ir além dos espaços formais nos quais está inserida.

No caso da Educação Matemática, conforme Fonseca (2012, p.50), “é indispensável considerar a Matemática em suas diversas dimensões, contemplando a resolução de problemas reais, urgentes e vitais dentro das circunstâncias sociais”. Portanto, precisamos refletir sobre a educação Matemática como um instrumento que beneficie não apenas os problemas dos indivíduos diretamente envolvidos, mas os problemas de toda uma comunidade.

2.2. Educação Matemática no Contexto Prisional: Uma Perspectiva da Educação Não Formal

Antes de partirmos para a discussão de como a Educação Matemática está inserida no contexto prisional, vamos primeiramente compreender como Almeida (2014) nos apresenta a educação em diferentes formatos e características:

- **Educação Formal:** Ocorre em espaços sistematizados de educação, inserida no planejamento político pedagógico de uma escola e regulamentada por Lei Federal;
- **Educação Não Formal:** Constitui a educação fora dos espaços escolares, e tem por finalidade desenvolver o ensino-aprendizagem de forma pouco explorada pela educação formal;
- **Educação Informal:** É o resultado das ações que permeiam a vida do indivíduo. Ocorre nas experiências do dia-a-dia, tem função adaptadora e os conhecimentos adquiridos são passados para as gerações futuras.

Apesar de que os documentos oficiais, como visto no tópico anterior, consideram que a oferta à educação seja feita de maneira formal e não formal, partimos da premissa que a educação no sistema prisional brasileiro ocorre de maneira formal. Atualmente, existem novas concepções a respeito da educação formal e não formal, que podem ser vistas e compreendidas como educação escolar e não escolar. Queremos que o leitor saiba que estamos ciente dessas mudanças conceituais. No entanto, para esta pesquisa, optamos por usar os termos formal e não formal pelo fato de trabalhar com autores que trazem a construção dessa terminologia.

Logo, defendemos que a educação não formal precisa ser oferecida juntamente com a educação formal, pois a enxergamos como sendo uma educação para além da sala de aula, com atividades que tenham variação de metodologias, abordagens didáticas e recursos para atender determinados grupos. Gohn (2011, apud Almeida, 2014, p.06), menciona que:

A educação não formal até os anos de 1980 foi tratada como de pouca importância no Brasil, sendo vista como um processo delineado para alcançar a participação de indivíduos e grupos específicos voltados às áreas rurais. Também foi tratada como comunitária no sentido de transformar o tempo desocupado das pessoas em tempo útil de socialização, aprimoramento das habilidades, educação básica e planejamento familiar. Em sua grande maioria atendia as campanhas de alfabetização de adultos, ou seja, uma alfabetização funcional.

Estamos tão acostumados ao modelo de ensino tradicional, com professor, lápis/giz, quadro branco/negro, carteiras e alunos, que viver uma educação não formal parece ser uma utopia distante. Embora haja um reconhecimento crescente da abordagem de uma educação mais solícita e que integre as atividades práticas no cotidiano dos alunos, ainda é evidente que estamos distantes de conseguir alinhar a prática com as teorias vistas em sala de aula.

É necessário encarar a educação não formal como caminho de potencializar e promover as habilidades dos alunos, atendendo necessidades específicas em diversos contextos, principalmente, nas atividades comunitárias, esportivas, tecnológicas e culturais. Como Julião, Rodrigues e Godinho (2020, p.53) salientam, é importante compreender o reconhecimento da educação não escolar (ou seja, da educação não formal) e das aprendizagens externas à escola como relevantes para a formação humana e, portanto, necessários a uma vida humana digna, ou seja, um direito humano.

Quando nos referimos ao direito humano, é inevitável lembrar da Constituição Federal (Brasil, 1988), que estabelece os direitos fundamentais de todos os indivíduos. E como isso se relaciona com a educação não formal? Nada melhor do que exercer a nossa cidadania de maneira criativa, com pensamento crítico, colaborando para a resolução de problemas, abordando temas pertinentes para o cotidiano e para a participação ativa na sociedade, bem como a educação não formal nos sugere. Analisando essa fala, é possível perceber que a educação matemática se alinha muito bem a essa realidade.

Precisamos fazer a análise da influência social do conhecimento matemático, enfatizando a responsabilidade das escolhas pedagógicas e evidenciando a relevância na proposta do ensino de Matemática, bem como essa proposta irá se desenvolver, contemplando problemas significativos para os alunos ao invés de situações hipotéticas, artificiais e enfadonhamente repetitivas, conforme destacado por Fonseca (2012). Assim, torna-se crucial que o professor apresente os conteúdos matemáticos de maneira tanto formal quanto não formal, refletindo e desenvolvendo estratégias de ensino adequadas à EJA, estabelecendo critérios, estratégias, formulações de hipóteses e argumentações para a construção do conhecimento matemático.

Transformar o ambiente escolar em um espaço que empenhe os alunos a integrar os conteúdos matemáticos com outras áreas de conhecimento, também é envolver o reconhecimento da realidade na qual o professor e seus alunos estão imersos. Ao mesmo tempo em que ocorre o desenvolvimento do pensamento matemático crítico, visando a emancipação e autonomia dos educandos. Portanto, é fundamental que o educador que utiliza esses mecanismos compreenda a diversidade de seus alunos, considerando suas expectativas, histórias, cultura, realidade social e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2001).

Nas escolas prisões analisadas no estado da Paraíba, os professores de matemática tentam elaborar atividades que façam a parceria entre matemática e leitura, além disso,

utilizam recursos como por exemplo, xadrez, kit de robótica, notebooks e televisões na elaboração de suas aulas. Porém, o mesmo não acontece nas escolas prisões analisadas no estado do Rio de Janeiro, não obtemos tantos recursos didáticos, apenas aparelhos televisivos e *chromebooks*⁷ que não possuem acesso a internet dentro das escolas prisões, assim, os professores optam por levar arquivos e/ou vídeos já baixados para serem utilizados em sala de aula.

Ao implementar currículos específicos nas escolas do sistema prisional, precisamos levar em conta as experiências de vida, histórias e culturas dos alunos. Os documentos citados na seção anterior enfatizam que para a educação não formal os alunos têm o acesso à biblioteca (com livros instrutivos, didáticos e recreativos), que incentivam à leitura no sistema prisional, cursos profissionalizantes quando são ofertados por organizações parceiras dos estados, atividades culturais (teatro, música, dança, pintura e etc) e ações esportivas. Entretanto, os documentos ainda deixam muito vago quem/ como/ quais as maneiras de implementar tais atividades nas escolas prisões, principalmente como garantir a educação fora do espaço escolar, valorizando os conhecimentos já obtidos pelos alunos. Julião, Rodrigues e Godinho (2020, p.56), defendem que

A educação não formal, tal qual a escolarização, não é privilégio nem benefício, uma vez que a sua garantia são condição indispensável para a participação do indivíduo no espaço público de uma sociedade democrática. Quando o Poder Público nega este direito a uma pessoa ou a um grupo social, este tem prejudicadas suas condições de acesso a equipamentos públicos, de participação no espaço público, de convívio e interação social.

É imprescindível considerar atividades mais dinâmicas e diversificadas para serem trabalhadas na sala de aula, e iniciativas como cursos livres, oficinas, programas profissionalizantes são exemplos de como a educação formal avança, mas será que apenas isso é suficiente? Não! Além dos saberes construídos através de experiências próprias, protagonizadas pela família, trabalho e convívio social, os alunos também precisam reconhecer e consolidar conteúdos básicos, no nosso caso, conteúdos matemáticos, que são fundamentais para o seu dia a dia.

A construção do conhecimento matemático ocorre através dos seus métodos, objetivos, reformulação de conteúdos e da valorização da autonomia do indivíduo. Para Fonseca (2012), é nessa perspectiva que as práticas matemáticas populares devem passar a ser interpretadas e codificadas, tendo em vista a sua estreita conexão com o mundo prático, o que

⁷ São notebooks que executam o sistema operacional Chrome, particularmente projetados para aplicativos da web, com integração com serviços de armazenamento em nuvem para salvar aplicativos, documentos, entre outros.

as habilita a continuarem sendo utilizadas em situações que o aluno julgar adequadas. Assim, podemos compreender que a relevância dos conteúdos matemáticos escolhidos para o público da EJA tem que partir da negociação das relações entre os diversos fatores sociais envolvidos. D'Ambrosio (2009, p.80) nos apresenta que:

O grande desafio para a educação é pôr em prática hoje o que vai servir para o amanhã. Pôr em prática significa levar pressupostos teóricos, isto é, um saber/fazer acumulados aos longo de tempos passados, ao presente. Os efeitos da prática de hoje vão se manifestar no futuro. Se essa prática foi correta ou equivocada só será notado após o processo e servirá como subsídio para uma reflexão sobre os pressupostos teóricos que ajudarão a rever, reformular, aprimorar o saber/fazer que orienta nossa prática.

O que nos deixa evidente a importância de trazer para o presente os conhecimentos teóricos estruturados ao longo do tempo, a fim de aprimorar o saber e o fazer que orientam a nossa prática educacional atual. A compreensão de conceitos matemáticos básicos: porcentagem, taxas de juros, sistema de numeração, dados estatísticos, formas, padrões e entre tantos outros, são questões sociais. No sentido de que podemos analisar e interpretar o nosso cotidiano, tomar decisões mais conscientes, averiguando as justiça (ou injustiças) sociais existentes.

Em síntese, a educação matemática voltada para a cidadania não se limita apenas a habilidades e competências numéricas, mas inclui a capacidade dos indivíduos de aplicar essas habilidades e competências para promover a sua participação social e o bem-estar coletivo. Portanto, devemos acreditar que a escola é o ambiente no qual a cidadania deve ser exercida, pois é através dela que formamos cidadãos capazes de acompanhar uma sociedade em constante transformação.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Por considerar necessária a discussão sobre a garantia das aulas formais e não formais na formação dos alunos da EJA no contexto prisional, esta pesquisa busca realizar um estudo de caso dividido em duas etapas distintas. Beuren (2004, p.84, apud Prodanov e Freitas, 2013, p.201) comenta que “a pesquisa do tipo estudo de caso é preferido pelos pesquisadores que desejam aprofundar seus conhecimentos a respeito de determinado caso específico.”

Dessa forma, a primeira etapa da nossa investigação consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental, enquanto a segunda etapa envolve entrevistas com duas professoras da rede estadual da Paraíba (PB) e do Rio de Janeiro (RJ) que atuam no contexto prisional. Esta sequência é necessária para que possamos primeiro nos familiarizar com os documentos e, em seguida, questionar as docentes com base nesse conhecimento prévio.

A primeira parte do estudo é caracterizada como uma pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que as reflexões apresentadas no texto foram discutidas e levantadas a partir de um recorte de documentos pertinentes, artigos e discussões do Grupo de Estudo e Pesquisa Educação em Privação de Liberdade. Sobre a pesquisa bibliográfica e documental, Prodanov e Freitas (2013, p.55) destacam que:

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de vários autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Para o presente estudo determinamos organizar os documentos que tratam sobre a EJA na educação prisional em um quadro, pois, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p.214) “a apresentação de dados de forma organizada, para cuja compreensão não seria necessária qualquer elaboração em termos matemáticos e estatísticos”, ficando mais fácil a compreensão do leitor. Assim, obtemos que:

Quadro 1: Documentos que tratam sobre a EJA no contexto prisional.

DOCUMENTO	ANO	LOCAL
Constituição Federal	1988	Brasil
Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96)	1996	Brasil
Lei de Execução Penal (Lei nº 12.433/11)	2011	Brasil
PNEDH	2007	Brasil

PNE	2014-2024	Brasil
Parecer CNE/CEB nº 01/2021	2020	Brasil
Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional	2021-2024	Paraíba
Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional	2021-2024	Rio de Janeiro
Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos	2021	Brasil
Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Educação	2023	Paraíba

Fonte: Dados organizados pela Autora.

Os critérios para a escolha dos documentos foram identificar a oferta da educação formal e não formal em presídios da PB e do RJ, e a proposta que cada Estado faz em suas diretrizes com base nas suas demandas. Além disso, buscamos apontar como duas professoras que trabalham na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no sistema prisional, uma na Paraíba e outra no Rio de Janeiro, se relacionam com esses documentos, e como compreendem os objetivos e as necessidades das práticas da educação não formal no ensino de Matemática.

Pelo caráter desta pesquisa, as entrevistas foram realizadas de forma estruturada, feitas remotamente através do aplicativo *WhatsApp*. A respeito da entrevista estruturada, Prodanov e Freitas (2013) demonstram que é uma abordagem mais padrão, uma vez que visa obter informações de um entrevistado sobre um tema específico ou problema, seguindo um roteiro preestabelecido. Facilitando, assim, a comparação de respostas, garantindo consistência e objetividade no processo. As perguntas elaboradas para as entrevistas estarão disponíveis ao final desta seção.

As entrevistas foram realizadas com duas professoras, vamos identificá-las como Professora PB e Professora RJ, devido ao Estado em que residem e atuam como docentes, e para manter em sigilo suas identidades.

A Professora PB se identifica como mulher cisgênero⁸, tem 38 anos de idade, é professora de matemática na educação básica há 15 anos. Sendo 13 deles na área da educação prisional. Possui graduação em licenciatura em Matemática e especialização em Psicopedagogia.

Já a Professora RJ se identifica com o gênero feminino, tem 44 anos de idade, e leciona matemática desde 2008, quando começou a dar aula no ensino médio. Desde fevereiro de 2011, ela também atua na área da educação prisional. Possui formação em pedagogia e em matemática, além de possuir pós-graduação em psicopedagogia e ensino de matemática para o ensino médio. Ao longo de sua trajetória adquiriu experiência em orientação, supervisão e coordenação escolar. Além disso, possui mestrado em educação e atualmente está cursando doutorado na mesma área. Vale ressaltar que a professora RJ fez mestrado em Educação com temática voltada para o ensino no sistema prisional e desenvolve o mesmo tema no doutorado.

Durante a entrevista foram realizadas várias perguntas, das quais vale destacar: *“Para você qual é a importância da educação no sistema prisional? E qual a importância de ensinar matemática dentro desse contexto?”* Esse questionamento foi feito para compreender como as professoras enxergam a importância e a contribuição social da educação em prisões, e como o ensino de matemática pode contribuir para o desenvolvimento dos alunos e sua aplicação prática em diferentes aspectos da vida.

Outra questão que também consideramos relevante é *“Você conhece as legislações e diretrizes que regem a educação no sistema prisional? Poderia citá-las?”* Pois é necessário entender as legislações que garantem o acesso à educação no contexto prisional. Além disso, também faz-se necessário assimilar as responsabilidades dos órgãos e instituições vinculados nesse processo educacional. Bem como é importante perceber a oferta da educação não formal nos documentos estaduais, por isso perguntamos: *“Como você compreende a oferta de educação não formal estabelecida no plano de educação em prisões do seu Estado?”* A fim de ouvir como as professoras consideram a oferta da educação não formal estabelecida no plano de educação em prisões dos seus respectivos estados e quais são as suas reflexões sobre as atividades oferecidas para os alunos além do ensino formal.

Ao pensar em atividades não formais que podem contribuir para o desenvolvimento pessoal, social e cultural dos alunos, nos cabe compreender como ocorre a interação entre as professoras e seus alunos, dessa forma, questionamos: *“Como é a interação dos alunos com a*

⁸ Pessoa que se identifica com o gênero que foi atribuído a ela quando ela nasceu.

professora e com seus colegas de turma durante as aulas de matemática? Eles realizam as atividades propostas? Relate.” Ao analisar a interação dos alunos com a professora e seus colegas durante as aulas de matemática, é possível notar como eles demonstram interesse e participação nas aulas. Ademais, também podemos enxergar os principais desafios enfrentados pelas professoras e seus alunos durante as práticas pedagógicas do dia-a-dia.

Além disso, compreendemos que a oferta de Formações Continuidas podem impactar as estratégias de ensino dos professores, impulsionando novas metodologias e abordagens pedagógicas a serem utilizadas em sala de aula. Sendo assim, questionamos: *“A formação continuada para os professores é ofertada pelos veículos de educação do seu estado na sua modalidade de ensino? Se sim, como essas formações continuadas impactam suas estratégias no ensino de matemática?”* Acreditamos que é de suma importância identificar se os órgãos educacionais promovem programas de incentivo e capacitação para os professores que atuam no contexto prisional.

Diante das questões apresentadas, usaremos os dados coletados em ambas as etapas da pesquisa para realizar uma comparação das informações. Isso nos permitirá apresentar alguns resultados de acordo com nossos objetivos da pesquisa mencionados na introdução deste trabalho.

4. O ENSINO DA MATEMÁTICA NO SISTEMA PRISIONAL: ANÁLISE DE DOCUMENTOS E ENTREVISTAS COM DUAS PROFESSORAS

Primordialmente, iremos discutir a oferta da educação não formal nos documentos da EJA no contexto prisional e, também, como essa oferta tange o ensino de matemática na rede estadual da Paraíba e do Rio de Janeiro.

Já no tópico 4.2, apresentaremos o que duas professoras de matemática que atuam no sistema prisional, sendo uma da Paraíba e outra do Rio de Janeiro, dizem sobre esses documentos e sobre suas práticas docentes nessas condições.

4.1. Análise de documentos oficiais sobre a oferta da EJA na Educação Não Formal no contexto prisional na rede estadual da Paraíba e do Rio de Janeiro

Conforme informamos na seção anterior deste trabalho, fez parte da pesquisa um recorte da análise dos documentos nacionais, incluindo a Constituição Federal, Lei de Diretrizes, Bases da Educação e Lei de Execução Penal, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), o Plano Nacional de Educação (PNE), o Parecer CNE/CEB nº 1/2021 e as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Além disso, examinamos os documentos dos estados da Paraíba e do Rio de Janeiro, que incluem os Planos Estaduais de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, bem como as Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba.

Após uma análise preliminar dos direitos fundamentais presentes nas leis: Constituição Federal (Brasil, 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996) e Lei de Execução Penal (Brasil, 2011) ficou evidente que se haja o provimento da oferta da educação para jovens e adultos no contexto prisional. Levantando, assim, a indagação: Como a educação dentro das prisões é abordada nos planos nacionais de educação? Para respondermos esse questionamento buscamos examinar o PNEDH e o PNE, que não só reforçam a proposta de educação em prisões como propõem a oferta da educação não formal em suas metas.

Além dos planos nacionais, para a nossa pesquisa, também é fundamental analisar os planos estaduais de educação, pois é através deles que buscamos compreender as políticas

educacionais de cada estado e suas especificidades. Estudando um recorte do Parecer CNE/CEB nº 1/2021 e os Planos Estaduais de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional da Paraíba e do Estado do Rio de Janeiro, é possível identificar como eles abordam a questão da educação não formal em prisões e se há medidas específicas para promovê-la.

Averiguando os planos estaduais de educação, vale destacar alguns pontos que os documentos trazem. A priori, no Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional da Paraíba, a responsabilidade da oferta da educação não formal não recai sobre a Secretária de Estado da Educação Esporte e Cultura e Turismo (SEECT- PB), segundo o documento, ela fica responsável de assegurar a educação formal. Sendo assim, a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária da Paraíba (SEAP-PB) é referida como uma parceira direta nas propostas da educação não formal e profissionalizante, conforme mencionado (2021-2024, p.17):

A SEECT, enquanto instância responsável pela educação formal, também designada formação escolar que certifica as etapas do ensino de nível básico. No Ano de 2020 foram matriculados 1.729 estudantes privados de liberdade. Contamos com uma rede de parceiros institucionais, principalmente com a UEPB, Cátedra UNESCO de EJA da UFPB. Enquanto parceria mais direta e estruturante da política intersetorial para a Educação em Prisões, temos a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária da Paraíba que abrange todos os outros níveis de educação não formal e profissionalizante.

Não seria mais favorável que as duas secretarias trabalhassem juntas nas propostas de oferta voltadas para a educação? Certa objeção é notável quando vamos analisar o eixo da educação não formal disposto no mesmo plano, pois, inicialmente a principal responsabilidade da oferta da educação não formal cabe à SEAP-PB. No entanto, ao organizar as metas e atividades para a implementação das propostas de educação não formal, é evidente a forte presença da SEECT-PB como órgão diretamente envolvido nos subeixos mencionados no documento, conforme ilustrado no quadro 2:

Quadro 2: Pontos apresentados no Plano Estadual Educação para Pessoas Privadas de Liberdade PB a serem trabalhados no Eixo Educação não formal

Subeixo	Indicador relacionado	Finalidade do indicador	Meta Cronograma (previsão para atingimento da meta)	Estratégia para alcance da meta	Órgãos/instituições envolvidas diretamente para o atingimento da meta
Educação informal	Oferta de projetos de	Avaliar e aferir a oferta de remição de pena	Ampliar e estruturar os	Endossar a contratação de professor(a)	SEAP/SEECT, UFPB, UEPB

	<p>remição de pena pela leitura, promovendo atividades presenciais e EAD</p>	<p>pela leitura, promovendo atividades presenciais e EAD</p>	<p>Espaços de leitura e/ou bibliotecas, em 100% das unidades penais para o atendimento do Projeto A leitura Liberta e os Clubes de Leituras</p>	<p>orientador(a) de leitura nas unidades penais;</p> <p>Implantar laboratórios de informática em todas as unidades prisionais que disponibilize acesso à educação;</p> <p>Formação da equipe gestora, docentes e voluntários/as no projeto;</p> <p>Acrescentar as parcerias com as universidades públicas e particulares, de modo a incorporar os/as docentes e estagiários/as ao projeto;</p> <p>Implementar Mecanismos de Acompanhamento;</p> <p>Monitoramento e avaliação a partir da criação da Comissão Avaliadora Presencial e Virtual de avaliação dos projetos de Remição de pena pela leitura;</p> <p>Elaboração de uma cartilha intuitiva sobre os benefícios da inserção dos estudantes privados de liberdade no processo educativo e nos projetos de remição pela leitura; Biblioteca itinerante.</p>	
<p>Atividades culturais</p>	<p>Ampliação das ações culturais (musicais, concursos de redação; publicação de cordéis elaborados pelos (as) estudantes; exposição de pintura em tela; esquete teatral, danças e outros eventos estéticos - artísticos) promovidas nas</p>	<p>Avaliar e mensurar a oferta das ações e a participação das PPL nos eventos culturais promovidos nas unidades prisionais, considerando os marcadores de Gênero, etnorracial, socioeconômico e cultural.</p>	<p>12 meses- aumento de 5% 24 meses- aumento de 10% 36 meses- aumento de 15% 48 meses- aumento de 20%</p>	<p>Diversificar as ações culturais, visando atender os múltiplos perfis das PPL; Buscar parcerias intersetoriais e externas para ampliar o leque de repertório cultural; Integrar as múltiplas ações educacionais, criando processos de estímulos à participação nas ações culturais nas unidades prisionais.</p>	<p>SEECT-PB, SEAP-PB; SEEDHM; VEP; Pastoral Carcerária; UFPB, Cátedra da UNESCO, UEPB.</p>

	unidades prisionais.				
Atividades esportivas	Ampliar as diversas ações esportivas (aeróbica, jogo esportivos e futebol de campo e de quadra)	Avaliar e mensurar a oferta das ações e a participação das PPL nos eventos culturais promovidos nas unidades prisionais, considerando os marcadores de Gênero, eticorracial, socioeconômico e cultural.	12 meses- aumento de 5% 24 meses- aumento de 10% 36 meses- aumento de 15% 48 meses- aumento de 20%	Diversificar as ações esportivas, visando atender os múltiplos perfis das PPL; Buscar parcerias intersetoriais e externas para a realização da agenda de atividades esportivas; Integrar as múltiplas ações educacionais, criando processos de estímulos à participação em atividades esportivas nas unidades prisionais.	SEECT-PB, SEAP-PB; SEEDHM; VEP; SEJEL, Pastoral Carcerária; UFPB, Cátedra da UNESCO, UEPB.

Fonte: Plano Estadual Educação para Pessoas Privadas de Liberdade PB (2021-2024, p.42)

Quando vamos analisar o plano estadual torna-se evidente que não há nada diretamente relacionado ao ensino da Matemática. Em nenhum momento é abordada estratégias para o desenvolvimento da matemática, do letramento matemático, da educação financeira ou da internacionalização da matemática com outras áreas, como destacado no Capítulo 2 deste trabalho. Essa omissão é significativa, uma vez que, como ressalta Maciel (2009, p.26), “a matemática evidencia-se presente na vida de todo o ser humano, utiliza-se matemática inclusive nas tarefas mais simples do nosso dia-a-dia e por ser parte da vida de todos”.

Outro fato que nos chama bastante atenção é a presença da educação informal dentro do eixo da educação não formal. Almeida (2014, p.03) considera que “a educação informal é o resultado das ações que permeiam a vida do indivíduo, ocorre nas experiências do dia-a-dia, tem função adaptadora e os conhecimentos adquiridos são passados para as gerações futuras”.

Vale ressaltar que para a oferta da educação não formal é necessário que haja um programa educacional estruturado, com objetivos educacionais claros e uma abordagem pedagógica intencional, mas sem seguir o formato tradicional de ensino formal.

Dependendo do contexto e das abordagens adotadas, a educação não formal e informal podem ser facilmente confundidas. O planejamento do Plano de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade deve ser conciso, sem ambiguidade e possíveis dúvidas para os leitores. Tendo transparência e objetividade para facilitar a compreensão das políticas educacionais das pessoas que estudam e pretendem implementar as propostas apresentadas.

Seguindo essa mesma perspectiva, o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Rio de Janeiro, também enfatiza a oferta da cultura, o esporte e a leitura dentro do eixo da educação não formal, como podemos ver no quadro 3 abaixo:

Quadro 3: Pontos apresentados no Plano Estadual Educação para Pessoas Privadas de Liberdade RJ a serem trabalhados no Eixo Educação não formal

Eixo	Indicador relacionado	Finalidade do indicador	Meta Cronograma (previsão para atingimento da meta)	Estratégia para alcance da meta	Órgãos/instituições envolvidas diretamente para o atingimento da meta
Educação Não Formal	Ampliação da oferta de atividades educacionais culturais para as pessoas privadas de liberdade e para as que cumprem pena em regime semiaberto/ aberto.	Mensurar e aferir o índice de aumento da oferta de atividades culturais para as pessoas privadas de liberdade e para as que cumprem pena em regime semiaberto/ aberto.	Ampliar atividades culturais em: 2021 – aumento de 5%; 2022 – aumento de 10%; 2023 – aumento de 15%, 2024 – aumento de 20%.	Articulação com Universidades e Rede parceira com objetivo de ampliar a oferta de atividades educacionais não formais como as culturais e esportivas para as pessoas privadas de liberdade. Fortalecer o acordo de cooperação entre a Seap e Universidades Públicas, para que através de projetos e/ou planos de trabalho, desenvolvam atividades culturais e esportivas nas unidades escolares do Sistema prisional. Possibilitar condições para a organização de atividades esportivas (jogos coletivos, cooperativos, tabuleiro, etc.) e culturais (teatro, dança, corais, etc.).	Seap/Seeduc
	Ampliação da oferta de atividades educacionais esportivas para as pessoas privadas de liberdade e para as que cumprem pena em regime semiaberto/ aberto.	Mensurar e aferir o índice de aumento da oferta de atividades esportivas para as pessoas privadas de liberdade e para as que cumprem pena em regime semiaberto/ aberto.	Ampliar atividades esportivas em: 2021 – aumento de 5%; 2022 – aumento de 10%; 2023 – aumento de 15%, 2024 – aumento de 20%.	Articulação com Universidades e Rede parceira com objetivo de ampliar a oferta de atividades educacionais não formais como as culturais e esportivas para as pessoas privadas de liberdade. Fortalecer o acordo de cooperação entre a Seap e Universidades Públicas, para que através de projetos e/ou planos de trabalho,	

			<p>desenvolvam atividades culturais e esportivas nas unidades escolares do Sistema prisional.</p> <p>Possibilitar condições para a organização de atividades esportivas (jogos coletivos, cooperativos, tabuleiro, etc.) e culturais (teatro, dança, corais, etc.).</p>	Seap/Seeduc
<p>Oferta de programas de promoção/fomento da leitura objetivando desenvolvimento de competências para o letramento e de hábitos de leitura.</p>	<p>Mensurar e aferir número de programas e clubes de leitura implantados e de títulos lidos pelas pessoas privadas de liberdade.</p>	<p>Ampliar projetos de leituras em: 2021 – aumento de 5%; 2022 – aumento de 10%; 2023 – aumento de 15%, 2024 – aumento de 20%.</p>	<p>Elaborar e divulgar projetos de leitura para motivar a adesão. Prover os recursos pedagógicos de apoio necessário para a execução do projeto.</p> <p>Implantação de acervo adequado à faixa etária e a realidade dos estudantes nas bibliotecas e salas de leitura, das unidades educacionais que atendem às pessoas privadas de liberdade.</p> <p>Fomentar que as bibliotecas e salas de leitura sejam também lugares de criação de cultura, através de experiências de elaboração de jornal, “programas de rádio e TV”, de organização e exposição de desenhos, de grafites, etc.</p>	Seap/Seeduc
<p>Oferta de projetos de leitura como meio de viabilizar a remição da pena pela leitura, assim como a evolução e melhora na interpretação e escrita dos textos.</p>	<p>Mensurar e aferir número de inscrições das pessoas privadas de liberdade nos projetos de remição pela leitura.</p>	<p>Ampliar número de inscritos em projetos de remição de pena pela leitura em: 2021 – aumento de 10%; 2022 – aumento de 15%; 2023 – aumento de 20% 2024 – aumento de 25%.</p>	<p>Proporcionar às pessoas privadas de liberdade quitar parte de sua pena através da leitura mensal de uma obra literária, clássica, científica ou filosófica, dentre outras.</p> <p>Elaborar projetos de remição pela leitura, divulgando e motivando a adesão.</p> <p>Fortalecer o acordo de cooperação entre a Seap e Universidades Públicas, para que através de projetos e/ou planos de trabalho, desenvolvam atividades de remição de leitura.</p> <p>Incorporar como parte integrante do processo de</p>	Seap/Seeduc

			educação, as obras literárias doadas pelo DEPEN, possibilitando a ampliação das ações de clubes de leitura, e a ampliação das ações de remição de pena através da leitura.	
Ampliação de inscrições dos estudantes nos exames nacionais Enceja PPL.	Mensurar e aferir número de inscrições das pessoas privadas de liberdade nos exames nacionais Enem PPL e Enceja PPL.	Ampliar o número de inscritos no Enceja PPL em: 2021 – aumento de 5%; 2022 – aumento de 10%; 2023 – aumento de 15%, 2024 – aumento de 20%.	Fomentar e incentivar os cidadãos privados de liberdade, inscrição no Enceja PPL, que oferece a jovens e adultos a oportunidade de concluir o Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio. Promover aulas preparatórios para o exame.	Seap/Seeduc
Ampliação de inscrições dos estudantes nos exames nacionais Enem PPL.	Mensurar e aferir número de inscrições das pessoas privadas de liberdade nos exames nacionais Enem PPL e Enceja PPL.	Ampliar o número de inscritos no Enem PPL em: 2021 – aumento de 5%; 2022 – aumento de 10%; 2023 – aumento de 15% 2024 – aumento de 20%.	Fomentar e incentivar os cidadãos privados de liberdade a realizar inscrição no Enem PPL, objetivando o ingresso na Universidade por meio do Prouni e Sisú. Promover aulas preparatórios para o exame.	Seap/RJ Seduc/RJ

Fonte: Plano Estadual Educação para Pessoas Privadas de Liberdade RJ (2021-2024, p.23)

Mais uma vez, é evidente que não há nada direcionado ao ensino da Matemática. É lamentável que novamente essa ausência seja observada, pois a matemática pode, de fato, proporcionar ao aluno o acesso ao desenvolvimento de habilidades que os capacitam a enfrentar situações e desafios, possibilitando que eles percorram caminhos mais eficazes em situações da vida real, como aponta Maciel (2009).

Um aspecto notável, é a estrutura organizacional dos planos educacionais da Paraíba e do Rio de Janeiro. No plano do Rio de Janeiro é perceptível que há apenas um eixo enfatizando a referência à educação não formal. Por outro lado, na Paraíba, encontramos divisões dentro do eixo da educação não formal, categorizadas em subeixos, que incluem a educação informal, atividades culturais e atividades esportivas. Essa abordagem nos faz refletir se existe distinção entre as prioridades nos sistemas educacionais dos dois estados e o quanto isso pode influenciar diretamente as políticas e práticas educacionais em cada estado.

Vale ressaltar, que as atividades culturais e esportivas também podem ser voltadas para o entretenimento e promoção social dos detentos, não necessariamente precisam ter objetivos educacionais.

Outro destaque importante do plano do RJ é a ampliação das inscrições dos estudantes nos exames de ENEM⁹ e Encceja¹⁰ serem ofertadas no eixo da educação não formal. Nessa direção, fica a indagação: Será que é adequado a oferta nesse eixo? Concordamos que o plano poderia sugerir atividades voltadas à inclusão dos exames, promovendo a sugestão de atividades de estudos orientados realizados pelos próprios alunos, com auxílio dos professores, dando a eles autonomia, valorização de seus saberes e interações interpessoais, como aponta Fonseca (2012).

Apesar da nossa pesquisa se basear em dois diferentes Estados (PB e RJ), de regiões distintas, os planos apresentam propostas muito semelhantes. Também podemos notar que não há propostas claras, apenas indicações do que deve ser realizado. No que diz respeito às Diretrizes Operacionais (Paraíba, 2023), o favorecimento da inclusão da educação não formal surge exclusivamente no documento da Paraíba, nas orientações à unidade de ensino ao que se refere à “Educação Indígena”. Mais uma vez, a educação não formal não é tratada nos documentos com a relevância que deveria, embora seja potencialmente significativa, como aponta Almeida (2014).

A educação não formal pode oferecer oportunidades únicas de aprendizagens que podem ser mais adequadas e acessíveis para certos grupos de alunos. Especialmente, no contexto da Educação de Jovens e Adultos, que possui um público com uma bagagem de vida mais extensa e que, muitas vezes, está em busca de recuperar oportunidades que não lhes foram oferecidas ou que foram interrompidas. Como destaca Julião, Godinho e Rodrigues (2020, p.56), “a educação não formal, tal qual a escolarização, não é privilégio nem benefício, uma vez que a sua garantia é condição indispensável para a participação do indivíduo no espaço público de uma sociedade democrática”.

⁹ ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio, é uma das principais avaliações educacionais promovida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). E tem como objetivo avaliar o desempenho dos estudantes ao final da educação básica. Além disso, ele é utilizado como critério de acesso ao ensino superior em diversas instituições públicas e privadas do país.

¹⁰ Encceja- Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, também é uma avaliação promovida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ele é destinado a jovens e adultos que não concluíram os estudos na idade apropriada e desejam obter a certificação de conclusão do ensino fundamental ou médio.

Quando nos deparamos com a falta de explicitação nos documentos sobre o ensino de matemática, nós, professores da área, questionamos sua relevância para a sociedade. Não é que consideremos a matemática desnecessária, mas sim que a maneira como os planos educacionais abordam a disciplina nos faz levantar essas questões. Será que o aprendizado da matemática em suas diversas áreas não contribui para o desenvolvimento social das pessoas? Por que não estabelecer conexões entre a matemática e as habilidades de leitura e escrita, considerando a existência da Remissão de Pena por leitura? Esses questionamentos ressaltam a importância de repensarmos não apenas o conteúdo ensinado na matemática, mas também como ele é abordado e integrado ao currículo escolar, reconhecendo o seu potencial para promover uma participação ativa na sociedade.

4.2. A relação das professoras entrevistadas com os documentos oficiais da EJA aplicados no que tange o ensino de Matemática dentro do contexto prisional e suas práticas docentes

Como um dos objetivos deste estudo foi apontar o que dizem as professoras sobre a relação entre os documentos oficiais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a educação não formal no contexto prisional, considerando o ensino de matemática nos Estados da Paraíba e do Rio de Janeiro, resolvemos conduzir duas entrevistas com professoras de Matemática, dos respectivos Estados, para compreender como elas lidam suas práticas educativas e se há a promoção da educação não formal em suas aulas. Ressaltamos que, por questões éticas, os nomes das professoras não serão divulgados. Nesse caso indicaremos como: Professora PB (do Estado da Paraíba) e Professora RJ (do Estado do Rio de Janeiro).

Após analisar e refletir sobre a presença da educação não formal nos documentos oficiais, percebemos a importância de investigar como essa oferta se manifesta especificamente no ensino de Matemática. Notamos essa necessidade devido à ausência de direcionamentos explícitos para o ensino da disciplina nos documentos analisados. Sendo assim, inicialmente, questionamos as professoras sobre como elas consideram a oferta da educação no sistema prisional e a de ensinar matemática dentro desse contexto, vejamos suas respostas.

***Professora PB:** Para mim, a educação no sistema prisional é um ato de resistência e promoção de esperança. Tem um trecho do livro *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire que eu gosto muito:*

A grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos - libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos. [...] (Freire, 2005, p. 33)

Participar da educação em prisões é tentar promover essa libertação para todos. Pois estar num ambiente desprezado pela sociedade e com muita dificuldade conseguimos promover educação, encontrar ex-alunos e ex-alunas na rua, formados e formadas, e bem empregados é ver que vale a pena resistir e assim temos mais esperança em dias melhores. Com relação ao ensinar matemática eu sempre tenho o cuidado de fazer a ponte entre a formalização e o ser cidadão, ser humano.

Professora RJ: *A educação em prisões é muito relevante para um determinado grupo. Nessa situação, nós pegamos alunos que realmente não tiveram acesso nenhum e que ficam maravilhados com a escola. Você percebe que são pessoas que foram crianças muito carentes, que não tiveram acesso à educação, e que lá encontram uma oportunidade, então, assim, a escola funciona pra eles como um prêmio. E eu acho importante para a questão do reencontro consigo mesmo, eu não gosto de falar ressocialização, mas, uma ressignificação da vida para eles. Agora, ensinar matemática nesse contexto, eu confesso que eu sou meio duvidosa. Porque a matemática é tão importante quanto você estar ali para eles, mostrando que eles não são considerados “bichos” por toda a sociedade. Existe um valor ali, tem uma pessoa, uma palavra de apoio, que está esperando por eles. A matemática eu ensino sim, acho tão importante quanto o português, a história, a geografia, mas no contexto prisional... Eu acho que o mais importante é a empatia. Você estar com eles ali, valorizando o SER humano que ainda existe neles.*

Notemos que ambas as professoras consideram importante a educação no sistema prisional, mas ainda é possível perceber que as respostas têm perspectivas ligeiramente diferentes.

A Professora PB enfatiza a educação como um ato de resistência e esperança, além do mais, ressalta que o ensino da matemática precisa estar conectado com a formação do cidadão e do ser humano, como destacado por Maciel (2009). Por outro lado, a Professora RJ, destaca a educação como uma oportunidade para os indivíduos que não tiveram acesso à mesma. Uma brecha para a ressignificação da vida, priorizando a empatia e o apoio humano sobre o ensino de disciplinas específicas.

Na sequência, perguntamos se as professoras conhecem as legislações e diretrizes que regem a educação no sistema prisional e se elas poderiam citá-las.

Professora PB: *Busco conhecer. Antes de tudo, nós temos a Constituição, LDB, Plano Estadual de Educação em Prisões, as Diretrizes Operacionais do Estado, tem as normas do funcionamento da EJA na Paraíba – Resolução 030/2016, o capítulo VI é todo sobre a educação prisional.*

Professora RJ: *Conheço alguns, o Parecer CNE/CEB nº 01/2021 que é um documento mais atual e fala das atualizações da BNCC dentro da EJA, a Resolução nº44/2013 que fala da remissão de pena por leitura, o Plano Estadual de Educação em Prisões do RJ, as Diretrizes Operacionais (2010), que não são tão utilizadas e a Portaria nº419.*

As duas professoras demonstram conhecer as legislações e diretrizes que regem a educação no sistema prisional, tanto as nacionais quanto as estaduais. O que é de suma importância, pois ao estarem cientes das normativas específicas e das políticas educacionais vigentes, as professoras podem orientar suas práticas pedagógicas de forma eficaz.

Assim, buscamos saber se as Diretrizes Operacionais são colocadas em prática pela gestão educacional de cada estado, reconhecendo a relevância das mesmas para garantir que a educação no sistema prisional seja realizada de acordo com padrões legais:

Professora PB: *Parcialmente, pois nossa escola atende 11 unidades prisionais, e como está escrito nas diretrizes operacionais, a educação precisa se adequar a rotina de cada presídio.*

Professora RJ: *As Diretrizes não tanto, eles utilizam frequentemente a Portaria nº419, que é vista pelos professores como uma espécie de ameaça, pois estipula tudo o que eles devem fazer.*

E também se são colocadas em prática pelas professoras:

Professora PB: *Sim, pois é necessário para adequar as nossas aulas em cada presídio que atuo. Por exemplo, precisamos fazer um material didático que são os Estudos Complementares para cumprimento da carga horária, assim procuro fazer de acordo com os eixos temáticos que são propostas nas diretrizes operacionais.*

Professora RJ: *As Diretrizes Operacionais, por mim, algumas coisas eu considero, outras eu adapto e outras eu nem me apego, pois não são viáveis para mim no contexto.*

As respostas das professoras enfatizam o quão importante é que a elaboração das Diretrizes Operacionais aconteça de uma forma coesa ao contexto prisional. O documento que deveria servir para auxiliar, na realidade, não se encaixa totalmente com a vivência e as necessidades das professoras e dos alunos, como vimos no tópico 4.1. que não contempla explicitamente o ensino da matemática.

À vista disso, questionamos as professoras sobre as suas considerações em relação a oferta da educação não formal estabelecidas nos Planos Estaduais de Educação em Prisões:

Professora PB: *Eu entendo como experiências vividas pelo próprio educando que podem ser usadas como ferramentas para educação formal.*

Professora RJ: *O plano de educação em prisões aborda a educação não formal, assim como o Parecer, eles falam da educação formal, não formal, informal. Na verdade, é tudo um apanhado, né?! E a gente tem que considerar tudo. O aluno não é uma tábua rasa, a gente não pode falar que vai socializar, porque eles já possuem a socialização. Eu preciso considerar o aluno como um todo, mesmo que as vivências sejam negativas, eles trazem uma vivência, e eu preciso considerá-la. Eu estou lidando com traficantes, assassinos, assaltantes, mas antes de mais nada eles são pessoas, como todo ser humano tem um lado ruim e eu preciso lidar e filtrar isso.*

Podemos destacar a fala da Professora RJ quando diz “O aluno não é uma tábua rasa, a gente não pode falar que vai socializar, porque eles já possuem a socialização”, nos leva a compreensão de que precisamos olhar esse indivíduo que se encontra privado de liberdade como uma pessoa que possui uma cultura, conhecimentos prévios, experiências escolares anteriores, logo, o ensino da matemática a essas pessoas precisa levar tudo isso em consideração e, ainda, a preparação para sua reinserção social.

Em seguida, perguntamos como as professoras adequariam os currículos propostos pelos documentos oficiais à prática da educação não formal no ensino de matemática com base nas suas experiências profissionais:

Professora PB: *Fazendo pontes com as experiências vividas pelos alunos e alunas com a formalidade dos objetos do conhecimento e habilidades competentes da*

matemática. Hoje temos a BNCC como base, mas infelizmente não é um documento que foi pensado para a EJA. Então, é verificar o que os alunos têm interesse e adequar ao currículo formal, utilizando as competências gerais da BNCC como um norte para as atividades desenvolvidas.

Professora RJ: *Não currículos, o que eles propõem é uma grade curricular, esse é o problema. Agora, o currículo mesmo eu acho que eles ignoram por completo. Porque quando a gente fala do currículo a gente está abrangendo tudo, desde os valores que os alunos trazem, dos valores que a gente quer que eles adquiram. E isso tudo, eu ainda não percebi nenhum documento oficial validando, se você entrar em cada cadeia, em cada unidade prisional, existe ali uma sociedade, uma forma de funcionamento, cada uma funciona de uma maneira diferente, principalmente, quando são de facções diferentes. Em algumas, existe aquela unidade, existe uma comissão que representa, em outras não existe isso. É cada um por si e Deus por todos. Existe aquela que a direção, como no feminino, no feminino a disciplina que eles impõem por ser um público menor, e aí os presídios femininos são mais disciplinados, então, assim, existe toda uma questão que para mim contaria como currículo e eu nunca vi em nenhum documento. Porque o que o documento traz é uma grade curricular, são conteúdos organizados, em séries e disciplinas, mas em si, o todo... A formação do cara enquanto cidadão é muito pouco.*

Tentar incorporar a educação não formal ao processo educativo formal têm o potencial de enriquecer o aprendizado e o tornar mais atrativo também, pois é momento de considerar as vivências dos alunos.

Por isso é tão necessário fazer pontes, como sugere a Professora PB, entre a educação formal e não formal, pois ambas são importantes para o desenvolvimento dos alunos, principalmente, no ensino de uma disciplina considerada tão abstrata quanto a matemática. Ainda analisando a fala da Professora PB, vale salientar as dificuldades da adequação da BNCC (Brasil, 2018) para a Educação de Jovens e Adultos, que, como citado anteriormente neste trabalho, só contempla o ensino básico.

Em contrapartida, a Professora RJ, nos faz questionar a eficácia dos currículos propostos pelos documentos oficiais, enfatizando diversos aspectos sociais e individuais dos alunos ao planejar a educação, seja ela formal, não formal ou informal no sistema prisional. Além disso, a mesma professora ainda nos faz refletir sobre a diferença entre uma grade

curricular e um currículo abrangente que considera valores, funcionamento interno das unidades prisionais e questões sociais dos detentos. Esse debate ressalta que a educação tem como princípio básico atender a todas as pessoas indistintamente, como aponta Almeida (2014).

Continuamos a entrevista indagando se, para as professoras, a educação não formal poderia ser uma ferramenta útil para conectar os alunos com o mundo cotidiano, se as atividades práticas não contribuem para uma melhor compreensão da teoria, e como isso poderia ser levado em consideração no contexto prisional, assim, tivemos como resposta:

***Professora PB:** Sim. Para mim, é extremamente útil. Nossos alunos têm uma bagagem enorme em profissões informais, então faço um diálogo com eles antes para saber quais assuntos podemos usar as práticas informais vividas antes de serem presos e depois uso essas experiências para falar sobre matemática, como por exemplo, colocar revestimento de cerâmica e cálculo de área, números racionais, geometria.*

***Professora RJ:** Quando me deram a disciplina de projeto de vida juntamente com a matemática financeira, pela qual resolveram chamar de "Finanças Pessoais" eu tentei, e ainda tento, trazer para o cotidiano deles. Por exemplo, recentemente realizamos aquela atividade de Mercadinho (poder ser de formar uma empresa ou ser um banco) e dentro da matemática eu fico entretendo eles fazendo as reflexões sobre empréstimos, se estamos considerando o cenário de uma empresa, "Quanto vão pagar para os funcionários?", "Qual o valor do lucro e custos que a empresa terá por mês" e etc. Se eu lançar só a teoria para eles sem trazer o cotidiano eles já questionam "Por que eu estou aprendendo isso?"*

Ambas as professoras demonstram uma compreensão da importância da educação não formal e de atividades práticas para conectar os alunos com o mundo cotidiano. Desde incorporar as experiências informais dos alunos, até exercer o lúdico, com simulações de atividades voltadas para a contextualização social.

Identificamos que há uma preocupação em trabalhar os conceitos matemáticos tanto levando em consideração atividades profissionais, formais ou informais, que os detentos tiveram, como a possibilidade de novas profissões para eles ao conseguirem a liberdade. Isso pode indicar a preocupação de uma prática educacional no ensino da matemática com o passado e uma expectativa para o futuro desses detentos nas suas práticas sociais e

profissionais por meio da matemática, como defende D'Ambrósio (2009) apontado no Capítulo 2 deste trabalho.

Do mesmo modo, consideramos que as abordagens utilizadas pelas professoras valorizam a importância de conectar o aprendizado teórico à vida prática dos alunos, aumentando a compreensão dos conceitos e a motivação deles. Nesse sentido, identificamos o quanto a inserção da educação não formal na vida escolar dos alunos, principalmente na EJA, pelo fato de estarmos lidando com jovens e adultos, pode ser positiva. Nessa perspectiva, Almeida (2014, p.07) considera que:

A educação não formal abrange áreas importantes sendo que: a primeira, diz respeito à aprendizagem política dos direitos do indivíduo enquanto cidadão; a segunda está relacionada ao trabalho e a capacitação deste indivíduo por meio da aprendizagem para que ele possa desenvolver seu potencial e habilidades; a terceira área, onde e como o indivíduo aprende a se organizar de forma coletiva para o enfrentamento dos problemas coletivos cotidianos; [...]

Sendo assim, uma aprendizagem se torna significativa e relevante, quando podemos utilizá-la como ferramenta essencial para capacitar os indivíduos em diversas áreas de suas vidas.

A fim de compreender melhor a interação dos alunos com a professora e com seus colegas de turma, pedimos para que as professoras relatassem sobre as aulas de matemática e se os alunos realizam as atividades propostas:

***Professora PB:** A interação é ótima. Eles sempre realizam as atividades propostas com dedicação. Gostam muito de atividades mais práticas como jogos e fabricação de artesanato.*

***Professora RJ:** Depende muito do público, depende muito mesmo, em colégios da facção do Comando Vermelho você consegue uma turma mais coesa, uma turma maior (em quantidade) e que eles participam muito, muito mesmo, das aulas. Agora no presídio dos crimes midiáticos, milicianos, ex militares, esse é um público mais difícil. Eles não querem. A escola até existe, existe porque abriga estrangeiros, então, os estrangeiros espanhóis são a grande maioria nessas escolas. Em si, nesse presídio você não consegue uma turma coesa, eles faltam demais, até porque os estrangeiros muitas vezes já possuem formação (ensino médio completo, graduação). A escola, para eles, é para passear, não é aquela entrega que existe no Comando Vermelho. Aquela busca que eles querem, que ainda acha que a escola vai transformar toda a*

vida deles, então, é diferente. Já no feminino, elas têm muita dificuldade, muita mesmo, mas elas levam a escola como se fosse o colegial, não tem aquele negócio do vou transformar minha vida através da educação. Não é aquele desleixo todo, aquele desdém, porque para mim eles tratam a educação com certo desdém, como na escola dos milicianos e estrangeiros, mas, também não tem aquela força de vontade de ir para a escola para aprender. Acabam indo para escola para passear, sair da cela, fazer alguma coisa diferente, porque elas ficam o tempo todo trancadas, então, qualquer oportunidade para elas é lucro.

É possível notar realidades diferentes nas falas das professoras. Enquanto a Professora PB descreve uma interação positiva dando a entender que há um engajamento ativo e participativo em suas aulas, a Professora RJ relata uma realidade mais complexa, destacando a diferença do comportamento de seus alunos em diferentes presídios, principalmente pela organização dos tipos de apenados.

Um ponto de destaque é a presença de alunos estrangeiros nas escolas prisionais. Isso não seria mais um empecilho para afetar a dinâmica em sala de aula, tendo em vista a existência de um novo idioma, de uma nova cultura e novas tradições. Tal fato pode ser uma camada adicional de complexidade ao ambiente educacional, até mesmo pelo fato de que alguns já possuem formação, como cita a Professora RJ. Então, por que não oferecer cursos de idiomas para esses alunos, visando facilitar sua integração e comunicação dentro do ambiente prisional? Além do mais, poderia haver uma promoção da troca de conhecimentos entre alunos de diferentes origens, incluindo aspectos culturais, esportivos e literários, como preza tanto os planos estaduais de educação. Pois, como destaca Maciel (2009, p.23), “o currículo escolar se afirma por possibilitar um desenvolvimento pleno do aluno, um desenvolvimento intelectual e social”.

Já em relação à estrutura da rotina diária de aulas na EJA no contexto prisional, e como lidar com os possíveis desafios na manutenção da disciplina e engajamento dos alunos durante as aulas, as professoras responderam que:

Professora PB: *Primeiro preciso adequar as minhas atividades de acordo com as permissões dadas pelos diretores das unidades prisionais. Nossos alunos são ótimos, nunca tive problemas com disciplina, pois eles se sentem gratos pela oportunidade de estudar, pois como são poucas salas de aula, os diretores dos presídios, muitas vezes*

tem que fazer seleção para os alunos estudarem, então não temos problemas quanto a disciplina. Todos sempre são muito participativos também, já ouvi relatos de alunos encantados por não ter aprendido fora da prisão e estarem aprendendo lá.

Professora RJ: *E se eu falar para você que eu já até esqueci que eu estou no sistema prisional, eu já trato como aluno, eu já estou muito no automático, já sei quando a cadeia vai funcionar e quando não vai. A gente vai dando o nosso jeito, vai tentando incentivar os alunos como a gente pode, a gente leva um docinho que eles não têm acesso, e é permitido, a gente pode levar sem nenhum problema. Doce, bombom, pirulito é reforço positivo. Vem um dia de aula, faz a atividade ganha um pirulito, é assim que a gente trabalha. E eu realmente esqueço que estou trabalhando com adulto, dentro do sistema prisional, se eu tiver que reclamar do barulho eu reclamo, se tiver que mandar calar a boca eu mando, se tiver que botar fora da sala de aula eu coloco. Já é tudo muito automático.*

A Professora PB ressalta a necessidade de adequar às normas e regulamentos das unidades prisionais na estruturação de suas atividades educacionais. Além disso, destaca-se a gratidão dos alunos pela oportunidade de estudar, evidenciando que “a educação ofertada em espaços prisionais significa uma segunda chance àqueles que não tiveram oportunidade de estudar no tempo e idade hábil” (José, 2020, p.47).

Por outro lado, a Professora RJ expressa um automatismo em relação ao ambiente prisional, utilizando estratégias informais, como reforços positivos com doces, para estimular a participação dos alunos e manter a disciplina na sala de aula, mostrando com isso, que o ambiente de ensino da matemática, no presídio é agradável e que se sente confortável em estar lá, inclusive tratando os alunos com o mesmo rigor e empatia com que trata os alunos nas escolas regulares. Isso pode ser um ponto positivo para que os sujeitos apenados não se sintam, mas uma vez excluídos e, com isso, sintam-se com vontade de interagir e realizar as atividades propostas.

Em seguida, perguntamos como as professoras tentam desenvolver/aplicar/ministrar aulas de matemática em processo de educação não formal, nesse caso, no sistema prisional. E se elas utilizam recursos didáticos, quais e como:

Professora PB: *Gosto de conhecer meu aluno, ajustar a base formal e depois aprofundar nos objetos do conhecimento da matemática, assim acho que sempre tenho a atenção dos meus alunos. Sempre uso recursos didáticos de acordo com o que é liberado pela direção da unidade prisional que estou ensinando. Já usei material para artesanatos, data show e computador, jogos, como também já estive em situações que só podia usar, lápis, borracha e material impresso, pois nem caderno foi liberado, por causa dos espirais de ferro.*

Professora RJ: *Eu não posso fugir muito dos conteúdos porque eles prestam o ENEM, as Olimpíadas de Matemática, eles fazem essas outras avaliações igual aqui fora. Eu não posso fugir muito, pois os conteúdos de matemática são cobrados, mas a gente tenta dar o máximo de significado para aquilo, senão ao invés de incluir eu vou estar excluindo mais ainda a pessoa da educação formal.*

Ambas as professoras destacam a importância de adaptar o ensino de matemática no contexto prisional às necessidades e realidades dos alunos. Considerando os recursos didáticos variados conforme permitido pela direção da unidade prisional. A Professora PB, por exemplo, relata experiências com materiais para artesanato, apresentações com data show e computador, jogos, além de situações em que apenas materiais básicos, como lápis e papel, estavam disponíveis. Isso é importante para nos mostrar que apesar de quaisquer dificuldades, ainda existe a tentativa de uma aula diversificada.

O que nos enfatiza também as dificuldades de ensinar matemática que, como nas escolas regulares, é necessário haver preparações para que os alunos realizem avaliações externas de larga escala como ENEM e Olimpíadas, como cita a Professora RJ. Sendo assim, é notável que as professoras consideram as diversas habilidades dos alunos, de formas diferentes, mas sempre respeitando o interesse e as experiências dos mesmos. Bem como também relatam algumas obrigações cotidianas da educação formal, como a aplicação de exames nacionais, que acaba sendo, de certa forma, um fator importante para evitar a exclusão dos alunos.

Para complementar, perguntamos como as professoras lidam com a diversidade de habilidades, interesses e experiências dos alunos ao selecionar os conteúdos matemáticos, de forma que garanta uma abordagem inclusiva e significativa para o aprendizado:

Professora PB: *Eu não conseguiria dar aula na educação prisional se não levasse em consideração a diversidade de habilidades, interesses e experiências dos alunos, pois preciso manter a atenção deles o máximo possível. Pois nunca tenho certeza se no outro dia poderei continuar de onde parei devido a rotina do presídio, assim é fundamental começar a falar informalmente, para que a formalidade seja mais natural, rápida e eficiente. Exemplo, quando vou dar aula de frações pergunto se eles já ouviram a expressão: “Sua pena pode ser reduzida em $1/6$?” Imediatamente eles dizem que isso não vale mais, que agora são outras medidas, ou é em porcentagem. E assim começo a formalizar tanto frações quanto porcentagem, e depois já partimos para as atividades.*

Professora RJ: *A gente vai tendo que adaptar para cada realidade, cada escola tem uma abordagem diferente nisso aí. É cansativo, mas para ter significado precisa ser feito. Até a experiência de “Qual nota você acha que merece? Justifique!”, eu já realizei, a autoavaliação funciona para eles, além de ser um momento legal porque eles estão trabalhando o senso de justiça deles. Cada um fala uma nota e depois a gente julga aquela nota.*

Novamente destacamos a importância de trazer para o ensino da matemática, principalmente no contexto da EJA e, mas especificamente no contexto prisional como trata essa pesquisa, questões relacionados aos conhecimentos prévios dos sujeitos, suas expectativas e necessidades, como fez a Professora PB ao afirmar que “quando vou dar aula de frações pergunto se eles já ouviram a expressão: “Sua pena pode ser reduzida em $1/6$?” Imediatamente eles dizem que isso não vale mais, que agora são outras medidas, ou é em porcentagem”, daí os conceitos são introduzidos, discutidos, refletidos e aprendidos de modo mais natural e consistente (Fonseca, 2007).

Procuramos identificar quais os instrumentos que as professoras usam para avaliar os seus alunos no sistema prisional. Bem como a avaliação do desempenho dos seus alunos em matemática, incentivando a participação ativa dos alunos durante as aulas e as professoras responderam que:

Professora PB: *Eu gosto de avaliação continuada através da participação em sala de aula, gosto muito de fazer atividades com a metodologia ativa de resolução de problemas ou projetos, assim o produto realizado já faz parte da avaliação. Mas sempre tendo o cuidado de avaliar em cada aula, pois como já falei anteriormente,*

pode acontecer problemas referentes ao Sistema prisional que impedem a aplicação de uma prova. Assim, a cada dia é possível fazer uma pequena avaliação, para que nossos alunos não sejam prejudicados.

Professora RJ: *Eu não costumo dar prova, faz anos que eu não faço provas, eu falo para eles que eu avalio a cada dia, e é assim mesmo que eu faço. Porque eu não gosto daquele momento “hoje vai ser prova”, eu não faço mais esse momento. Todo dia a gente faz um trabalho, todo dia tem aquela avaliação da participação, e assim a gente vai conseguindo trazer eles. Eles faltam, então adianta eu dar zero para todo mundo, eu não quero, então, eu falo que eles estão sendo avaliados por dia. Presença? Vale ponto. Participação? Vale ponto.*

As duas professoras destacam a importância da avaliação contínua e participativa como método de avaliação dos alunos no sistema prisional. A Professora PB enfatiza o uso de atividades práticas e projetos, e ressalta a necessidade de realizar pequenas avaliações em cada aula devido a possíveis contratempos no ambiente prisional. Por outro lado, a Professora RJ opta por não realizar provas formais, preferindo avaliar os alunos diariamente com base na presença e participação em sala de aula, incentivando a participação ativa dos alunos, evitando o desinteresse e as faltas frequentes.

Como complemento, é importante ressaltar que o ensino da matemática desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da criticidade e da autonomia intelectual e política do aluno, conforme destaca Maciel (2020). Isso capacita o aluno a intervir na sociedade, a fazer uso de sua criatividade e de sua argumentação, assim como propõe a Professora RJ quando promove a autoavaliação dos alunos.

Para concluir as entrevistas, perguntamos sobre a existência de algum critério para seleção dos conteúdos de matemática que são aplicados nas turmas compostas por alunos que também desempenham atividades profissionais? (Por exemplo, se o aluno trabalha na cozinha, explorando quantidades de alimentos, unidades de medidas, porções, entre outros). Ou seja, se na hora de selecionar os conteúdos a serem ensinados, essas práticas do trabalho são consideradas?

Professora PB: *Sim. Sempre faço uma pesquisa para saber quais habilidades os alunos já possuem para usar como ferramenta para o ensino formal.*

Professora RJ: *No Moniz Sodré são mais ou menos 3 mil presos, não existe trabalho para todos eles. E aqueles que trabalham não vão para a escola. Porque eles assinam a remissão pela escola ou pelo trabalho, eles não podem fazer as duas atividades ao mesmo tempo, porque é concomitante. Aí quem opta por trabalhar abandona a escola, infelizmente, é assim que acontece. Então, não existe essa seleção, e mesmo que eles não abandonassem a escola, ficaria complicado fazer essa seleção, porque não tem trabalho para todo mundo, seria mais ou menos dois trabalhadores em uma turma de dez alunos, eu não poderia prender conteúdo.*

A Professora RJ, nos traz um ponto muito importante que é sobre o abandono à educação pelo emprego, levantando a questão sobre se isso deveria realmente ocorrer e por que os órgãos responsáveis não desenvolvem maneiras de incentivar ambos, educação e emprego, de forma simultânea. É fundamental que os órgãos competentes elaborem políticas e programas que incentivem a continuidade dos estudos, mesmo para aqueles que estão empregados, pois a educação é um direito, que deve ser assegurado. Sobre isso, José e Leite (2020, p.53) apontam que:

A qualidade diz respeito tanto a oferta, como a permanência escolar que está imbricada a sua formação cultural e científica, e ao mesmo tempo, em respeito à especificidade do ambiente carcerário, oferecendo condições da pessoa privada de liberdade em ressignificar seu processo de aprender e de lidar com o conhecimento sistematizado. Nesse sentido, essa educação está bastante vinculada ao conceito de cultura e aos princípios de emancipação, cidadania e autonomia, e configura-se como um mecanismo de promoção, proteção e reparação dos direitos humanos.

À vista disso, questionamos, por fim, sobre a oferta de formações continuadas para os professores, se é ofertada pelos veículos de educação do seu Estado na sua modalidade de ensino e como essas formações continuadas impactam suas estratégias no ensino de matemática. Vejamos as respostas das professoras:

Professora PB: *Não, infelizmente.*

Professora RJ: *Não, com certeza não. A formação continuada incentiva a continuidade de estudos e nada disso vem da secretaria. O professor orienta, o professor fica ali naquela mesmice se não procurar por si só o professor até atrofia, porque não tem uma prática, uma troca de experiência... Realmente a secretária de educação deixa a desejar demais nessa formação de professor. E realmente, se você não buscar, você fica parado no tempo, mas você busca por vontade própria.*

As duas professoras indicam a ausência de oferta de formação continuada para os professores por parte dos órgãos educacionais de seus Estados. A Professora RJ enfatiza a falta de incentivo e apoio por parte da secretaria de educação para o desenvolvimento profissional dos professores. Ela descreve a falta de prática e troca de experiências, evidenciando que, sem iniciativa própria, os professores ficam estagnados no tempo. A ausência de oferta de formação continuada para os professores, como destacado pelas professoras, contrasta com a importância do papel do professor de matemática no desenvolvimento da educação para a cidadania e o quanto que não há tal reconhecimento.

A formação continuada poderia proporcionar aos professores as habilidades e conhecimentos necessários para desempenhar esse papel de forma eficaz e aos alunos uma possível melhoria de aprendizagem e quem sabe até novas abordagens didáticas e pedagógicas mais eficientes. A realidade apresentada pelas professoras reflete um desafio significativo na busca por uma educação de qualidade que promova a cidadania e os princípios éticos associados ao conhecimento científico e tecnológico, conforme menciona D'Ambrosio (2009).

Diante da análise dos documentos que regem a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade não formal no contexto prisional, nos estados da Paraíba e do Rio de Janeiro, especialmente no que se refere ao ensino da Matemática, surge a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre a relevância e abordagem dessa disciplina. A falta de clareza e explicitação nos documentos nos levanta dúvidas sobre a importância do ensino da Matemática nesse contexto específico.

Ao considerar também a percepção das professoras de Matemática, evidencia-se a importância de uma atuação mais consciente e direcionada, visando promover o desenvolvimento pleno dos indivíduos privados de liberdade. Assim, torna-se essencial que as políticas educacionais e as práticas pedagógicas no contexto prisional levem em conta a voz e as experiências dos professores, além de buscar estratégias eficazes para inserir e valorizar a Matemática como uma ferramenta indispensável para a formação integral dos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscamos responder a pergunta: Como os documentos oficiais que abordam a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Educação não formal em contextos prisionais na rede estadual da Paraíba e do Rio de Janeiro, especialmente em relação ao ensino de Matemática? Para isso, analisamos a oferta da educação não formal nos documentos da EJA no contexto prisional na rede estadual da Paraíba e do Rio de Janeiro e realizamos duas entrevistas estruturadas com professoras de matemática que atuam na área.

A partir da análise dos documentos nos deparamos com a ausência de explicitação da importância do ensino da Matemática na educação não formal tão presente nas ofertas dos planos estaduais de educação em prisões. Além disso, obtivemos percepções das professoras a respeito da prática de ensino dentro das unidades prisionais, considerando os desafios enfrentados pelas professoras e seus alunos.

Como foi visto no capítulo 2, mais da metade da população prisional brasileira não possui o ensino básico completo. Isso ressalta as dificuldades ainda presentes na garantia de acesso à educação dentro do sistema prisional. Diante dos desafios existentes na oferta de educação formal, surge a questão de como podemos integrar a educação não formal nesse contexto, como estabelecido nos documentos oficiais.

Existem diversas abordagens para introduzir a Matemática, especialmente de forma não formal, levando em consideração os fatores econômicos, políticos, sociais e culturais que influenciam as pessoas privadas de liberdade. Torna-se essencial explorar estratégias por meio de atividades que envolvam o cotidiano, atividades práticas, entre outros meios, que estimulem o aluno a se envolver com a Matemática de acordo com as suas necessidades individuais e coletivas.

Ao mesmo tempo, é necessário considerar os recursos disponíveis dentro do contexto prisional e adaptar as estratégias de ensino de acordo com essas limitações. A implementação da educação não formal precisa ir além das palavras, levando em consideração os meios pelos quais podemos propor, quem pode fazer isso e de que maneira podemos explorar a educação para além das paredes da sala de aula.

Este estudo também evidenciou a falta de uma estrutura adequada, tanto nos documentos quanto na execução das propostas apresentadas nos planos educacionais. É

importante notar que, além da ausência de programas de formação de professores, observamos a falta de iniciativas dos órgãos educacionais para promover incentivos e capacitações para os docentes que trabalham no contexto prisional.

Vale ressaltar também que há uma falta de organização das informações relacionadas à educação não formal, o que muitas vezes leva à confusão com a educação informal. Como resultado, até mesmo os documentos oficiais carecem de clareza em suas propostas.

Proporcionar educação não é só um dever, como mencionado no início deste trabalho, é uma responsabilidade social. Propor educação é criar um ambiente que valorize a aprendizagem, promova a autoestima e estimule o desenvolvimento pessoal e acadêmico de cada indivíduo. Como destaca D'Ambrosio (2009, p.85), “a Educação é um ato político, se algum professor julga que sua ação é politicamente neutra, não entendeu nada de sua profissão”.

Portanto, a educação não pode ser separada da política e, nós professores, exercemos, mesmo que involuntariamente, uma influência política significativa por meio de nossas ações e atitudes em sala de aula. Os alunos absorvem não apenas o conteúdo ensinado, mas também as posturas, valores e ideologias do professor, essas influências contribuem para sua formação de consciência e moldam sua visão de mundo.

A educação no contexto prisional ainda tem um longo e árduo caminho para percorrer, a luta pelo direito à educação e garantia da mesma é contínua. Diante das considerações expostas, esta pesquisa foi inspirada pela curiosidade da autora em compreender mais profundamente o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional.

Assim, fica evidente que esta pesquisa se encerra (apenas como conclusão deste TCC, mas com expectativas de prosseguimento por parte da autora) com um olhar educacional para a educação matemática em relação à EJA no contexto prisional, levantando uma série de questionamentos e reflexões a respeito da educação Matemática e como ela tem sido apresentada em sala de aula e na oferta da educação não formal. Dessa forma, concluímos esta pesquisa com o desejo de, posteriormente, darmos seguimento aos estudos levando em consideração a implementação de práticas pedagógicas adaptadas às especificidades dos alunos na EJA dentro do contexto prisional e também na observação direta de práticas docentes no contexto prisional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Salete Bortholazzi. **"Educação não formal, informal e formal do conhecimento científico nos diferentes espaços de ensino e aprendizagem"**. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE: produções didático-pedagógicas, Cadernos PDE, vol. 2, 2014. Versão Online ISBN 978-85-8015-079-7.

BARATTA, Alessandro. **Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da "reintegração social" do sentenciado**. Universidade de Saarland, Alemanha Federal, 1990. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13248-13249-1-PB.pdf>.

BEUREN, I. M. (Org.) et al. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Atlas. 2006.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024** : Linha de Base. – Brasília, DF : Inep, 2015. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf>. Acesso em: 02 de out. de 2023.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9.394/96, 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 15 de nov. de 2023.

_____. **Lei de Execução Penal nº 12.433, 29 de junho de 2011**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112433.htm>. Acesso em: 15 de nov. de 2023.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010. **Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN32010.pdf?query=Ensino%20M%C3%A9dio>. Acesso em: 02 abr. 2024.

_____. Ministério da Educação. **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular**. Coordenação e texto final (de) Vera Maria Masagão Ribeiro. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/primeirosegmento/proposta_curricular.pdf. Acesso em: 21 de nov. de 2023.

CASCAIS, Maria; FACHÍN-TERÁN, Augusto. **Educação formal, informal e não formal na educação em ciências**. CIÊNCIA EM TELA. 7. 1-10, 2016.

D'AMBROSIO, U. **Educação Matemática: da teoria à prática**. Campinas, SP: Papirus, 2009.

FONSECA, Maria da Conceição F.R. **Educação de Jovens e Adultos: especificidades, desafios e contribuições**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

IRELAND, Timothy D. **Educação de jovens e adultos como política pública no Brasil (2004-2010): os desafios da desigualdade e da diversidade**. Rizoma freireano, n. 13, Instituto Paulo Freire de Espanha, 2012. Disponível em: <<http://www.rizoma-freireano.org/articles-1313/educacao-de-jovens>>. Acesso em: 06 de mar. de 2024.

JOSÉ, Gesilane de Oliveira Maciel; LEITE, Yoshie Ussami Ferrari. **Educação Básica em Prisões no Brasil: entre avanços e desafios**. Brasília, v. 1, n. 1, p. 33-58, jan./jun. 2020.

MACIEL, Mariana de Vargas. **A importância do ensino da matemática na formação do cidadão**. Monografia (Graduação em Licenciatura em Matemática)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Uruguaiana, 2009.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-PB). **Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba**. 2023. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/consultas/DiretrizesOPEscolas.pdf>>. Acesso em: 11 de nov. de 2023.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação da Paraíba/Secretaria de Estado de Administração Penitenciária da Paraíba. **Plano Estadual de Educação para as Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional 2021-2024/** Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-administracao-penitenciaria/arquivos/plano-estadual-de-educacao-em-prisoos-2020-2024.pdf>>. Acesso em: 10 de out. de 2023.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos/ Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>>. Acesso em: 02 de out. de 2023.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Reexame do **Parecer CNE/CEB nº 1/2021, de 10 de dezembro de 2020**, aprovado em 18 de março de 2021, que trata do alinhamento das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outras legislações relativas à modalidade. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN12021.pdf?query=educacao%20escolar%20quilombola>. Acesso em: 04 de nov. de 2023.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro/Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro. **Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021**. Disponível em:

<<https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br/assuntos/politicas-penitenciarias/politica-nacional-d-e-educacao/rj.pdf>>. Acesso em: 12 de out. de 2023.

RODRIGUES, F. M. M; JULIÃO, E. F. ; GODINHO, A. C. . **A Política de Educação de Jovens e Adultos em situação de Restrição e Privação de Liberdade no Brasil**. In: BARRONUEVO, Gaston. (Org.). Prisiones Contemporáneas: prácticas, disputas y desafíos en el siglo XXI. 1 ed. Buenos Aires: Tenta Libre, 2020, v. 1, p. 40-57.

APÊNDICE

Entrevista aplicada as docentes de Matemática pela plataforma *WhatsApp* em abril/2024.

Perguntas Pessoais

- 1- Com qual gênero você se identifica?
- 2- Qual a sua idade?
- 3- Há quanto tempo você é professora de matemática da educação básica?
- 4- Há quanto tempo você trabalha como professora de matemática no sistema prisional?
- 5- Formação acadêmica? (graduação, especialização, mestrado, doutorado, em quais áreas)

Perguntas da Entrevista

- 1- Para você qual é a importância da educação no sistema prisional? E qual a importância de ensinar matemática dentro desse contexto?
- 2- Você conhece as legislações e diretrizes que regem a educação no sistema prisional? Poderia citá-las?
- 3- As Diretrizes Operacionais do seu estado são colocadas em prática pela gestão educacional? Se sim, como? Se não, por quê?
- 4- As Diretrizes Operacionais do seu estado são colocadas em prática por você? Se sim, como? Se não, por quê?
- 5- Como você compreende a oferta de educação não formal estabelecida no plano de educação em prisões do seu Estado?
- 6- Com base na sua experiência profissional, como você adequaria os currículos propostos pelos documentos oficiais à prática da educação não formal no ensino de matemática?
- 7- Para você a educação não formal poderia ser uma ferramenta útil para conectar os alunos com o mundo cotidiano? Será que as atividades práticas não ajudam os alunos a compreenderem melhor a teoria? Contudo, como isso poderia ser considerado no contexto prisional?

8- Como você tenta desenvolver/aplicar/ministrar aulas de matemática em processo de educação não formal, nesse caso, no sistema prisional? Usa recursos didáticos? Se sim, quais e como?

E como você lida com a diversidade de habilidades, interesses e experiências dos alunos ao selecionar os conteúdos matemáticos, garantindo uma abordagem inclusiva e significativa para o aprendizado?

9- A formação continuada para os professores é ofertada pelos veículos de educação do seu estado na sua modalidade de ensino? Se sim, como essas formações continuadas impactam suas estratégias no ensino de matemática?

10- Como é estruturada a sua rotina diária de aulas na EJA no contexto prisional? Como você lida com possíveis desafios na manutenção da disciplina e engajamento dos alunos durante as aulas?

11- Como é a interação dos alunos com a professora e com seus colegas de turma durante as aulas de matemática? Eles realizam as atividades propostas? Relate.

12- Quais estratégias você implementa para lidar com a diversidade cultural dos alunos no ensino de matemática?

13- Que instrumentos você usa para avaliar os seus alunos no sistema prisional e como os usa? Exemplifique. Como você avalia o desempenho dos seus alunos em matemática? Como incentivar a participação ativa dos alunos durante as aulas de matemática?

14- Existe algum critério para seleção de conteúdos que são aplicados nas turmas compostas por alunos que também desempenham atividades profissionais? (Por exemplo, se o aluno trabalha na cozinha, explorando quantidades de alimentos, unidades de medidas, porções, entre outros). Na hora de selecionar os conteúdos a serem ensinados, essas práticas do trabalho são consideradas?